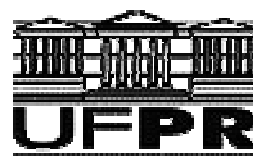




**Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor de Tecnologia
Curso de Arquitetura e Urbanismo**



NELCIANE DE SOUZA

**REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE IGUAÇU –
CURITIBA PR:
ADEQUAÇÃO DO ESPAÇO PARA A COMUNIDADE LOCAL**

CURITIBA
2010

NELCIANE DE SOUZA

**REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE IGUAÇU –
CURITIBA PR
ADEQUAÇÃO DO ESPAÇO PARA A COMUNIDADE LOCAL**

Monografia apresentada à disciplina Orientação de Pesquisa (TA040) como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Setor de Tecnologia, da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

ORIENTADOR(A):

Prof(a). Dr. Cristina de Araujo Lima

CURITIBA

2010

FOLHA DE APROVAÇÃO

Orientador(a):

Examinador(a):

Examinador(a):

Monografia defendida e aprovada em:

Curitiba, _____ de _____ de 20__.

Dedico este trabalho a Deus em primeiro lugar, a meu pai por sempre me incentivar aos estudos, a minha mãe por estar ao meu lado nos momentos mais difíceis e me apoiar nas madrugadas afora e a meu amado noivo Jeferson por me ajudar no desenvolvimento deste trabalho e estar sempre ao meu lado.

***Agradeço este trabalho a Deus primeiramente,
aos professores do curso de Arquitetura e
Urbanismo, por me proporcionar uma boa
formação acadêmica e à Professora Dr. Cristina
de Araujo Lima por me orientar neste trabalho.***

Fim de semana no Parque

*Chegou fim de semana todos querem diversão
Só alegria nós estamos no verão [...]
Vamos passear no Parque Deixa o menino brincar
Fim de Semana no parque
Vou rezar pra esse domingo não chover [...]
Aqui não vejo nenhum clube poliesportivo
Pra molecada freqüentar nenhum incentivo
O investimento no lazer é muito escasso
O centro comunitário é um fracasso. [...]
O sistema quer isso
a molecada tem que aprender
Fim de semana no Parque Ipê.*

Racionais Mc's

RESUMO

A população humana que vive em zonas urbanas é cada vez maior, e a degradação dos espaços aumenta com ela. A relação homem e meio ambiente é extremamente frágil, porém vem crescendo a preocupação com o meio ambiente nos últimos anos. A sustentabilidade está em voga e procura-se usar os espaços urbanos de forma mais consciente, preservando os recursos naturais. Portanto, o lazer em áreas livres como parques urbanos demonstra a integração homem e meio ambiente de forma amistosa. Para que a sustentabilidade seja efetiva, deve ser tratada nas três dimensões que a compõe, como o cuidado ambiental com a reconstituição do espaço natural, o cuidado social oferecendo a comunidade a opção de um lazer de qualidade e coerente a sua cultura, e o econômico. O parque urbano como objeto de estudo da presente monografia, é analisado como forma de lazer e como forma de proteção ambiental. O lazer é indispensável para a humanidade, como forma de escape para o estresse e como tratamento natural para uma boa saúde física e mental. Curitiba é exemplo mundial na questão da sustentabilidade, porém deixa a desejar sobre alguns aspectos sociais. O parque Iguaçu foi escolhido como objeto principal de estudo, análise e futura intervenção, pela sua localização em meio a comunidades simples e ser um dos maiores parques do país e, mesmo assim, apresentar deficiências de equipamentos e opções de lazer.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	10
1.2 OBJETIVO GERAL.....	11
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
1.4 JUSTIFICATIVAS.....	12
1.5 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	13
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	13
 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA – MEIO AMBIENTE, CIDADE SUSTENTÁVEL E O LAZER.....	 15
2.1 RELAÇÃO INDIVÍDUO E MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE.....	16
2.2 ESPAÇOS URBANOS DE LAZER E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS.....	24
2.3 CIDADE SUSTENTÁVEL E FUNÇÃO SOCIAL DOS PARQUES.....	29
2.4 CONCLUSÃO.....	41
 3. ANÁLISE DE CASOS CORRELATOS.....	 43
3.1 PARQUE TEZOZOMOC - CIDADE DO MÉXICO.....	44
3.2 PARQUE DO CARMO – SÃO PAULO.....	49
3.3 PARQUE LAGO AZUL – CURITIBA.....	55
3.4 CONCLUSÃO DA ANÁLISE.....	64
 4. INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE	
4.1 PARQUES DE CURITIBA E A RELAÇÃO COM AS CLASSES POPULARES.....	67
4.2 PARQUE IGUAÇU: UM BREVE HISTÓRICO E SUAS DELIMITAÇÕES..	75
4.3 ENTORNO DO PARQUE IGUAÇU E SEUS ATORES SOCIAIS.....	98
 5. DIRETRIZES GERAIS DE PROJETO.....	 104
5.1 CARACTERIZAÇÃO LOCACIONAL.....	105
5.2 DIRETRIZ NORMATIVA.....	106
5.3 INTEGRAÇÃO COM A MALHA URBANA.....	107
5.4 CONSERVAÇÃO AMBIENTAL.....	108
5.5 USO E ADEQUAÇÃO DO ESPAÇO.....	110
5.6 TÉCNICAS E MATERIAIS.....	111
5.7 ECONOMIA E PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL.....	112
5.8 PROGRAMA DE NECESSIDADES.....	112

6 REFERÊNCIAS

6.1 BIBLIOGRÁFICAS.....	115
6.2 WEBGRÁFICAS.....	118
6.3 FONTES DE ILUSTRAÇÕES.....	121

1. INTRODUÇÃO

1.1. DELIMITAÇÃO DO TEMA

O presente estudo será balizador para a fundamentação teórica e de instrumentos técnicos para o projeto de um parque urbano (a ser desenvolvido no segundo semestre), com preocupações ambientais para a sua conservação e funções sociais. Ao mesmo tempo em que se tem o uso adequado da área refreando a ocupação urbana sobre ela, tem-se também um espaço de aspecto lúdico de lazer e manifestações culturais.

A problematização da pesquisa constitui-se em dois aspectos de uso e ocupação do solo no caso de parque urbano: quando o parque não tem uso apropriado para a comunidade diretamente próxima a ele, pode servir para usos como sub-habitações de assentamento espontâneo, se este uso não estiver resolvido fora do parque, e nesse caso de servir à sub-habitação, o problema é expor a população a riscos como enchentes, insalubridade, etc.; e o parque deveria oferecer espaço com adequação apropriada quanto aos hábitos e formas de vida característica à população do seu entorno.

A problematização da pesquisa acima descrita levou à formatação das seguintes perguntas:

- Como a população vizinha ao parque urbano (no caso, do Parque Iguaçu, em Curitiba) usa ou se apropria desse espaço público?
- Como seria o parque ideal para satisfazer às suas expectativas de lazer?

A busca pela resposta a essas questões levou ao objetivo geral, apresentado a seguir.

1.2. OBJETIVO GERAL

Esta monografia tem como objetivo geral levantar dados e informações quanto a como a população vizinha ao parque urbano (no caso, do Parque Iguaçu, em Curitiba) usa ou se apropria desse espaço público e como seria o parque ideal para satisfazer às suas expectativas de lazer. Este objetivo é alcançado por meio da reflexão sobre a carga teórica e instrumentos técnicos, para definir linhas projetuais para um parque urbano com enfoque ambiental e social, contemplando as comunidades adjacentes à área de estudo com infra-estrutura adequada a hábitos culturais e práticas esportivas.

1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Estudar a evolução dos parques urbanos em Curitiba; e sua função efetiva para a imagem da Cidade Sustentável, buscando a função social dos parques.
- b) estudar a relação do indivíduo com o meio ambiente e seus efeitos no bem-estar do homem e no meio natural.
- c) analisar tipos de parques urbanos com proximidade à população de baixa renda, através de estudos de correlatos na escala urbana.
- d) Examinar o contexto social, econômico e cultural da população imediata para uma melhor adequação do programa de necessidades e produção de diretrizes para o projeto.

O pressuposto da pesquisa, ou seja, a motivação pela qual levou à produção desta pesquisa está centrada na idéia de que a cidade de Curitiba é conhecida nacionalmente como Cidade Sustentável (GLOBE FÓRUM, 2010). Para tanto as áreas verdes e espaços públicos livres são transformados em bosques e parques; alguns com mais qualidade e adequação à população imediata que outros. Estas áreas são escapes para o estresse, sendo usadas em benefício da saúde física e mental para a população e também um catalisador da poluição urbana (CASTELNOU, 2006). Porém, percebe-se a má distribuição dessas áreas de lazer de qualidade, que se concentram a maioria na zona norte de Curitiba, ficando a zona

sul deficiente, sendo esta zona a de população de menor renda e maior densidade populacional.

O objeto de estudo e análise da presente monografia é o Parque Iguaçu, declarado Área de Interesse Especial Regional do Iguaçu (AIERI) na Região Metropolitana de Curitiba pelo decreto Nº 3742 - 12/11/2008, situado na fronteira entre os Municípios de Curitiba e São José dos Pinhais, com grande importância regional metropolitana, que passará a ser objeto de projeto para o próximo semestre.

Este parque está localizado em uma área onde há presença de assentamentos irregulares e moradores de baixa renda, os quais não são satisfeitos no âmbito do lazer pela falta de estrutura e equipamentos adequados à sua cultura e prática de esportes.

1.4. JUSTIFICATIVA

Mais de 50% da população humana vive em zonas urbanas. De acordo com Ruano (1999), essa porcentagem poderá chegar a 75% em 2025. As áreas urbanas estão se revelando as principais responsáveis por problemas do meio ambiente, já que o grande crescimento populacional resulta em um aumento desproporcional da pressão sobre este. O planejamento urbano sustentável é a única forma de adequar as atividades humanas em um entorno cada vez mais deteriorado e ameaçado (RUANO,1999).

Segundo Castelnou (2005), a partir da década de 1990, os bosques e parques públicos de Curitiba passaram de papel estrutural à contenção de enchentes e não ocupação de áreas de fundo de vales para a criação de uma idéia mistificadora da cidade. A criação de áreas verdes tornou-se um processo de promoção urbana, um *marketing* para a qualidade urbana. Essa nova preocupação urbanística deixou de lado a adequação real dos parques para a população de baixa renda. A nova conotação de parques para a expansão do turismo e imagem de capital verde tornou-se incoerente com a população marginalizada.

Tendo em vista as diversas ocupações irregulares próximas ao parque em questão, há a necessidade da análise social e a elaboração de uma proposta para a inclusão social, respeitando a cultura dos indivíduos.

Outro ponto a ser tratado é o tratamento débil dado ao Parque Regional do Iguaçu, que inicialmente foi dividido em sete setores: o setor esportivo que atualmente localiza-se no Parque dos Peladeiros é bem utilizado pela população; o setor náutico que está sem nenhuma infra-estrutura; o setor pesqueiro o qual não vingou, da mesma forma que os pomares públicos; o setor do zoológico sendo o mais ativo e visitado do parque; e os bosques naturais e santuário ecológico (CASTELNOU, 2005).

1.5. METODOLOGIA DE PESQUISA

Para se atingir os objetivos pré-estabelecidos foram utilizados como procedimento metodológico: a pesquisa bibliográfica e webgráfica; o levantamento de dados e informações no local previsto; a visita a órgãos públicos como COMEC, IPPUC, entre outros; e entrevistas à população adjacente da área a ser estudada.

1.6. ESTRUTURA DO TRABALHO

A presente monografia é dividida em cinco capítulos, sendo o primeiro a introdução do trabalho.

O segundo capítulo procura esclarecer com a revisão bibliográfica os temas: a relação que o homem mantém com o meio ambiente; quando começou a preocupação com o cuidado com o meio natural; e a questão da sustentabilidade. Discorre-se sobre o importante significado da sustentabilidade e como as cidades vêm desenvolvendo essa questão em seu planejamento. Curitiba é apontada como a cidade mais sustentável do mundo. Ainda no segundo capítulo, apresenta-se o desenvolvimento dessa cidade a partir das questões ambientais, tais como o desenvolvimento dos parques e bosques, e sua distribuição espacial; finalizando com o tema lazer, é elucidado sobre o lazer, e as práticas da comunidade popular para o desenvolvimento do seu lazer e adequação.

O capítulo três apresenta os estudos de casos correlatos, analisando o objetivo de implantação de cada um deles, os equipamentos existentes e como quesito mais importante, a localização de cada um dos parques sendo próximos à população de baixa renda e tendo como atrativo os rios e nascentes dentro deles. A análise começa com um caso internacional, do Parque Tezozomóc, situado em uma

área industrial densamente populosa e população de baixa renda no México. Depois, faz-se a análise sobre um caso nacional, o Parque do Carmo, situado no bairro Itaquera, de grandes densidades e população simples; e finaliza-se com o Parque Lago Azul que fica próximo ao terceiro bairro mais populoso de Curitiba e de menor renda. A análise é finalizada com uma tabela comparativa dos três parques.

O quarto capítulo apresenta o estudo e interpretação da realidade de Curitiba, na questão parques e bosques, a distribuição espacial e o uso efetivo de cada espaço. Analisa-se o Parque Iguaçu como um todo, relatando as propostas de planejamento e projetos feitos para o parque nos anos de 1970, e como o parque se apresenta atualmente. E finalmente com a escolha da área a ser tratada no próximo semestre, faz-se uma análise da população adjacente a esse espaço, nos quesitos econômico, social e cultural.

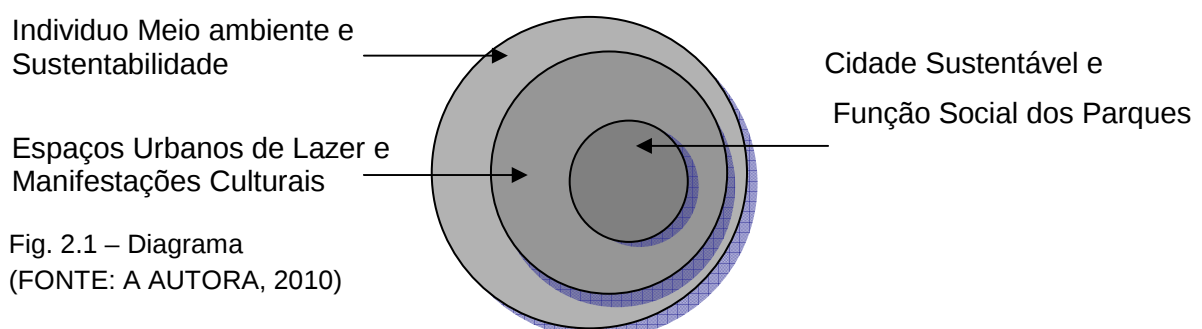
O quinto e último capítulo, apresenta as características locais do espaço; e o objetivo final da monografia, que são as diretrizes a serem respeitadas na fase do projeto de requalificação do parque, o programa de necessidades e o partido arquitetônico para a melhor formatação do projeto.

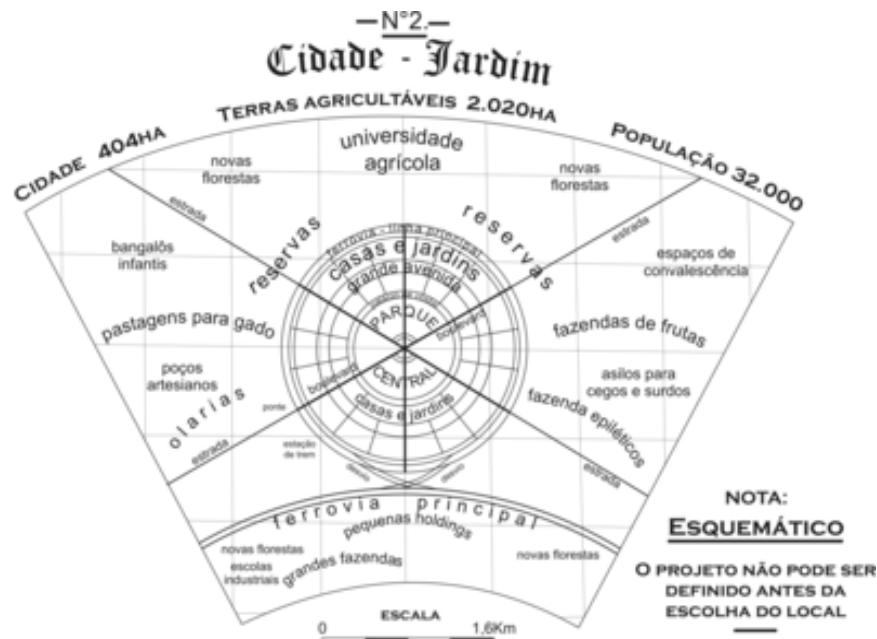
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA - MEIO AMBIENTE, CIDADE SUSTENTÁVEL E O LAZER

A preocupação com o meio ambiente está cada vez mais em voga. Debates sobre como preservar o meio natural vêm acontecendo com maior frequência; prêmios são distribuídos a cidades com planejamento cujo enfoque seja a preocupação ambiental. Dentro disso, a partir da premiação *Globe Sustainable City Award 2010*, atribuída pela entidade sueca Globe Fórum, Curitiba aparece como a cidade mais sustentável do mundo, com seu modelo de planejamento e preocupação com transporte, lixo, áreas verdes e espaços urbanos de lazer, entre outros.

É sobre esse assunto que os próximos sub-capítulos tratam. O primeiro traz um panorama geral de como e quando aconteceu o despertar da preocupação à sustentabilidade de uma forma geral. O segundo sub-capítulo apresenta o conceito de parque e lazer. Dentro da preocupação urbana ambiental, destaca-se a preocupação social e a preocupação do lazer, como a qualificação de espaços públicos para a necessidade do lazer. Como um exemplo mais preciso da preocupação ambiental, o terceiro sub-capítulo apresenta a forma de tratamento urbano ambiental em Curitiba, a qual é exemplo mundial.

Para melhor ilustrar a forma de como são tratados os próximos sub-capítulos, usou-se o método de diagrama mostrando as escalas do objeto de estudo, partindo da macro-escala, com um tópico mais abrangente, meio ambiente e indivíduo; a seguir a meso-escala, com a conceituação do lazer, e do parque, sendo este, um espaço público que tem como atributo suprir de área verde o meio urbano e ser um local de lazer para a população; e conclui-se com a micro-escala especificando um pouco mais a questão da sustentabilidade, de como a cidade de Curitiba maneja essa questão (Fig. 2.1).





Difícilmente um ponto sobre a terra, por mais remoto que seja, está livre do impacto da atividade humana. As necessidades humanas e as questões ambientais que delas surgem têm milhares de anos; são tão antigas quanto a mais antiga das cidades, repetidas a cada geração, nas cidades de todos os continentes. As antigas cidades mesopotâmicas mantinham uma relação estreita com o campo. Na Europa medieval, essa relação ainda permanecia: a cidade e campo estavam interligados. No século XVI, em Colônia, cidade européia, as casas tinham grandes quintais e o mercado ficava em praça arborizada. À medida que as cidades cresciam a relação entre campo e cidade começava a se distanciar. No século XVIII os jardins das cidades européias desapareceram; e os problemas sanitários e de espaço começaram a se agravar.

O intenso crescimento das cidades e a Revolução Industrial do século XIX, criando condições cada vez mais insalubres, como a de poluição do ar, da água, e a superpopulação que aumentava a pressão sobre o meio ambiente, precipitaram os movimentos de reforma sanitária. Grandes parques públicos foram construídos nas cidades, através da América do Norte e Europa, contemplando a melhoria do bem-estar, segurança e saúde dos residentes das cidades mediante a alteração do ambiente físico (SPIRN, 1995; RUANO, 1999).

A situação das cidades do século XIX provocou uma tendência à reflexão da salubridade, surgindo então os preceitos de Ebenezer Howard com a cidade-jardim, onde indústria e comércio pudessem ser integrados com habitações, jardins e fazendas. Ao mesmo tempo, conforme Castelnou (2005), os governos de algumas cidades tomaram providências a fim de resolver a situação de insalubridade com Leis sanitárias, as quais não se preocupavam somente com questões de saúde dos moradores, mas também com questões habitacionais.

No decorrer desse século, passaram a existir tentativas de ordenamento do organismo citadino e atividades multidisciplinares do planejamento urbano. Surgiu também, um novo conceito de preservação da natureza, evidenciado no movimento *city beautiful*, mas mesmo assim o planejamento da cidade moderna foi estabelecido pela criação de um setor privado totalmente interessado no benefício financeiro e um setor público motivado mais pelas soluções em curto prazo, transformando a cidade, progressivamente, em um emaranhado de

problemas, os quais incluíram desde congestionamentos, poluição e violência até a falta de habitação, transporte e saneamento básico (CASTELNOU, 2005).

Ainda segundo Castelnou (2005), o êxodo rural iniciado no século XIX e intensificado no século XX, graças a atrativos que a vida urbana possibilitava e às perseguições políticas, religiosas e sociais e rompimento com o sistema de trabalho pré-industrial, acabou por criar, com a superpopulação da urbe, a formação de bolsões de pobreza e marginalidade, especialmente em países pouco desenvolvidos. Nos anos de 1960 e 1970, segundo Ruano (1999), foi iniciada uma forte corrente ao retorno à natureza. A palavra “ecologia” tornou-se um termo muito usado e começou a despertar a consciência social sobre a fragilidade do planeta Terra.

Segundo Castelnou (2005), foi na década de 1970 que a natureza e seus vínculos com o ser humano passaram a ser discutidos; e a questão mais frequente era sobre até que ponto se deveria domar a natureza, dominá-la, se seria permitido submetê-la inteiramente aos planos e projetos do ser humano, manipulando-a e dirigindo-a em função de seus interesses; ou se não se deveria submeter a limites estabelecidos pelo próprio homem, respeitando-a até ao ponto de renunciar a certas atitudes de progresso e desenvolvimento.

Nos anos 80, com o desenvolvimento econômico, o bem-estar material voltou a ser o objetivo do ser humano, mesmo que para isso fosse necessária a exploração da natureza. Contudo, os meios ambientalistas (*Greenpeace*, *El día de La Tierra*, *WWF*, Jacques Cousteau) já haviam ganhado presença significativa no seio de comunicação; suas atividades eram bem conhecidas e suas preocupações amplamente compartilhadas (RUANO, 1999).

Nas últimas décadas do século XX, ainda de acordo com Castelnou (2005), a explosão urbana fez com que muitos estudiosos e planejadores se comprometessem a lidar com o problema da degeneração das cidades. Grupos a favor da preservação começaram a restaurar e salvaguardar centros históricos e conferiram limites normativos aos novos edifícios que, deveriam levar em conta não somente o ambiente circundante, como também as questões naturais do local.

Multiplicaram-se conferências, nas quais arquitetos e urbanistas, assim como seus críticos e aliados, debateram a questão de como criar cidades “sustentáveis”, ou seja, ecologicamente “sadias”, nas quais se resgatasse o prazer de viver e trabalhar. O debate em torno da questão do desenvolvimento sustentável passou a ocupar o centro das preocupações de grande parte dos planejadores urbanos (CASTELNOU, 2005, p. 40)

Com o intuito de melhorar as condições de vida urbana, nas décadas de 1960 e 1970, foram tomadas medidas efetivas que incluíam a revisão das leis de uso do solo e zoneamento; e a criação de novos espaços públicos para descongestionar os núcleos históricos. Em Bolonha, por exemplo, houve a definição clara entre espaços públicos e privados e o controle da densidade de ocupação do solo; medidas tomadas para controlar a expansão urbana e a especulação imobiliária.

Para Castelnou (2005), as discussões ecológicas que marcavam o ambiente histórico do final da década de 1960 e início da década de 1970, somadas a críticas sobre os pressupostos do urbanismo como: supressão de valores individuais, culturais e históricos; padronização das formas de habitação, com consequente perda de identidade, da priorização do sistema viário em detrimento da escala humana, da estandarização e racionalização de equipamentos urbanos, e da descontinuidade visual devido ao predomínio de áreas verdes; serviu de base para o nascimento do *new urbanism* ou urbanismo *neotradicionalista*; corrente de bases norte-americanas, que passou a defender a requalificação e revalorização de áreas urbanas através do resgate de formas tradicionais, reafirmando conceitos como os de comunidade, lugar, história, memória, uso misto e qualidade ambiental.

Nos anos 1960, vários estudos acusaram os conflitos entre o modelo hegemônico de desenvolvimento e a preservação dos recursos naturais. A relação entre o homem e a natureza passou a tomar lugar de relevância na discussão sobre projetos arquitetônicos ou planos urbanísticos.

Ainda conforme Castelnou (2005), a partir de 1970, a cidade como fenômeno espacial passou a ser compreendida como resultado da ação antrópica sobre o meio ambiente, ou seja, agentes de intervenção dos ciclos da natureza. A saúde da natureza, para Ruano (1999) passou a ser considerada essencial para o

bem-estar e sobrevivência humana. A ecologia e a tecnologia passaram a ser vistas como algo que devem estar integradas para alcançar um desenvolvimento sustentável e a cidade começou a ser considerada como um complexo ecossistema artificial, construído para satisfazer as necessidades humanas, cujo impacto sobre a natureza deveria ser rigorosamente solucionado.

O desenvolvimento sustentável, termo surgido em meados dos anos 80 e evoluído do conceito de eco-desenvolvimento, mantém a qualidade geral da vida, assegura um acesso continuado dos recursos naturais e evita a persistência de danos ambientais. “Consiste no equilíbrio dinâmico, entre muitos fatores, dos requisitos básicos dos componentes social, cultural e econômico e da necessidade de conservar o ambiente natural do qual a humanidade faz parte” (CASTELNOU, 2005, p. 93). O conceito de desenvolvimento sustentável traduz-se em que cada geração deve viver dos interesses derivados da herança recebida, e não do próprio bem principal.

Em meados do século XX, segundo Castelnou (2005), ocorre o despertar ecológico

Em meio a crises provocadas por alterações ocasionadas pela humanidade na ocupação dos espaços globais e também na exploração dos chamados “recursos naturais”, discussões ecológicas foram ganhando destaque e adquirindo novos enfoques, inicialmente impulsionados pelos conhecimentos derivados da Ecologia natural e, posteriormente, da Ecologia social (LAGO & PÁDUA, apud CASTELNOU, 2005, p. 167).

O despertar ecológico para os problemas mundiais era demonstrado nos importantes acordos fechados na primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Homem – CNUMAH, realizada entre os dias 5 e 16 de junho de 1972, em Estocolmo, Suécia, o qual reuniu cerca de 1.200 delegados, pertencentes a 112 países; e mais de 3.000 observadores (CASTELNOU, 2005).

No documento “Nosso futuro comum” (1991), produto da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD, a qual foi criada a

partir do Relatório Brundtland (1987), estabeleceu-se o significado de desenvolvimento sustentável de “suprir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das próximas gerações suprirem as necessidades de seu tempo”. Para Castelnou (2005), significava que seria preciso incorporar no planejamento urbano variáveis sócioambientais, considerando as consequências das ações em longo prazo e resultados em curto prazo.

Ruano (1999) considera essa definição ambígua e para abordar este tema introduz a noção de um bem a ser passado de geração a geração, contendo três componentes: o bem-estar artificial, o bem humano e o bem natural. Ele pontua dois tipos de sustentabilidade: a sustentabilidade débil dos políticos que defendem a preservação do bem global, onde pode se gastar um bem natural se aumentar na mesma medida o gasto com o bem artificial; e a sustentabilidade forte dos cientistas e ecologistas que defendem que o bem natural não deve ser desperdiçado ainda mais, já que suas consequências podem ser irreversíveis.

Em “Nosso futuro comum” (1991), é exposta a idéia de que para se ter um desenvolvimento sustentável é preciso atender as necessidades básicas de todos e dar a todos a oportunidade de realizar suas aspirações de uma vida melhor. O tamanho e aumento da população devem estar em harmonia com o potencial produtivo do ecossistema. E como desafio urbano é exposta a questão do crescimento populacional e a necessidade de aumentar a capacidade de proporcionar infra-estrutura, serviços e moradia urbanos. Caso não houvesse esse preparo ocorreria um aumento na quantidade de assentamentos ilegais, o que já vem acontecendo, atualmente, nos sítios urbanos.

Em 1992, líderes de 172 países se reuniram no Rio de Janeiro na Primeira Cúpula Mundial do Meio Ambiente, na qual o termo sustentabilidade começou a ser divulgado pelo mundo inteiro. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, a ECO’92, reforçou as iniciativas visando associar as duas questões: urbana e ambiental. Outros eventos sucederam a ECO’92, entre os quais, a Conferência de Direitos Humanos (Viena, 1993), a Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), a Conferência sobre o Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995) e a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Istambul, 1996). Esta última,

mais conhecida como a “Cúpula das Cidades” ou HABITAT II, deu ênfase à questão urbana ambiental ao definir a sustentabilidade como princípio e os assentamentos humanos sustentáveis como objetivo mundial a ser perseguido.

Segundo Castelnou (2005), a ECO’92 ou “Cúpula da Terra” colocou para todo o mundo um tema atual de grande relevância: o meio ambiente e desenvolvimento. A aprovação da “Agenda 21” foi um dos pontos mais importantes nesse evento, a qual aponta questões urbanas como questões ambientais a serem tratadas no âmbito de uma política global juntamente com os problemas ambientais, dando ênfase ao acesso dos países em desenvolvimento a tecnologias ambientalmente saudáveis, e o reforço da capacidade destes países em absorvê-las e utilizá-las, assim como o fortalecimento das instituições dedicadas ao meio ambiente, dos órgãos ambientais, das agências e das instituições de desenvolvimento.

A sociedade passa a tomar consciência sobre a importância que a natureza tem sobre o desenvolvimento humano, social e econômico, passando a ter uma visão de mundo preocupado com todos os problemas sociais. Há uma preocupação maior com a conservação da natureza, com educação ambiental, campanhas de separação do lixo e reciclagem e dias sem carro. A saúde da natureza passou a ser considerada essencial para o bem-estar e sobrevivência humana. “A problemática ambiental perpassa todas as classes e extratos sociais – inclusive não respeitando fronteiras entre países ditos desenvolvidos e outros não: é uma questão definitivamente global” (CASTELNOU, 2005, p. 184).

Porém, à medida que as cidades crescem em tamanho e densidade, as mudanças que produzem no ar, no solo, na água e na vida, em seu interior e à sua volta, agravam os problemas ambientais que afetam o bem-estar de cada morador. As ocupações de ambientes mais frágeis, como mangues, várzeas, fundo de vales e áreas de mananciais intensificam os problemas ambientais; e a maioria das aglomerações urbanas desse tipo vem acontecendo em países em desenvolvimento, onde há menos equipamentos para prover a infra-estrutura básica de uma cidade, como habitação, transporte, luz, água e esgoto (SPIRN, 1995; CASTELNOU, 2005).

A humanidade ainda se utiliza da natureza, de forma prejudicial. Exemplo disso são as enchentes, tufões, maremotos e terremotos ocorridos nessa última década; tempo no qual são discutidas questões importantes sobre preservação, sustentabilidade e exploração agravante da natureza. Ainda assim, são construídas casas em encostas de morros, como é o caso do Rio de Janeiro que com uma chuva sazonal matou centenas de pessoas e deixou muitos desabrigados; ou a impermeabilização do solo com calçadas e ruas que tornam o solo incapaz de absorção conforme ilustra a Figura 2.3, a seguir.



Fig. 2.3 – Deslizamento em Niterói de 7 de abril de 2010.

(FONTE: R7 NOTÍCIAS, 2010).

Face ao desafio do desenvolvimento sustentável e as necessidades socioambientais, Curitiba vem se mostrando efetiva, com seu desenvolvimento recente que se baseou, segundo Castelnou (2006), essencialmente, na melhoria da qualidade de vida urbana através da sistematização do transporte coletivo, da conservação e valorização da memória histórica e da preservação de áreas verdes. Este último item, os parques e bosques urbanos, nasceram de propósitos basicamente ambientalistas para se transformarem, no decorrer das sucessivas administrações públicas, em específicos objetos de consumo e de *espetacularização* da vida junto à natureza.

2.2. ESPAÇOS URBANOS DE LAZER E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

Segundo o IPPUC (1972), o lazer vem assumindo um papel cada vez mais importante na vida do homem. Isto é decorrência do desgaste resultante das condições da vida moderna, principalmente nos centros urbanos. O planejamento de espaços públicos para o lazer, segundo Ribeiro (2005), deve ser concebido a partir de definições sobre o tema, o lazer, para que sejam atendidas as expectativas de seu público.

Portanto, vale entender que a palavra “Lazer” vem do latim *licere/licet*, que significa “ser permitido”; sendo permitido escolher a maneira de o aproveitar, e devendo ser considerado não em oposição ao trabalho, mas como decorrência dele. Marx afirma que o “lazer é o espaço do desenvolvimento humano”. O lazer pode ser definido como um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode-se integrar, seja para se abandonar, seja para se divertir, seja para desenvolver sua participação social voluntária, ou sua formação desinteressada, depois de estar livre de todas as suas obrigações profissionais, familiares ou sociais. (FRIEDMANN; MEDEIROS; DUMAZEDIER apud YURGEL, 1983).

De acordo com Ribeiro (2005), o lazer pode ser definido, também, como o tempo disponível para um indivíduo depois que o trabalho, o sono, e outras necessidades básicas tenham sido atendidas. Segundo Yurgel (1983), em termos de distribuição de tempo, pode ser praticado diariamente, nos fins de semana ou férias.

Le Corbusier (1887-1965), traduz lazer como o tempo-espaço no qual o homem se nutre de novas forças, recuperando as gastas no trabalho. Ele foi o primeiro arquiteto a apontar, na Carta de Atenas (1933), as primeiras soluções urbanísticas para o problema da recreação. A recreação, de acordo com Yurgel (1983), é um fenômeno social, vinculado à possibilidade de uma total utilização do tempo livre, de acordo com as exigências individuais da natureza humana.

Para Andrade (2009), o lazer pode ser visto como manifestação cultural, que varia de sociedade; para sociedade, e de acordo com o momento histórico a ser analisado. Em Curitiba, os parques sempre estiveram associados ao lazer e à cultura da população, sendo inclusive usados para a criação de uma nova

identidade local durante a década de 1990, com a inserção de elementos emblemáticos e memoriais étnicos em homenagem aos povos imigrantes que originaram a população urbana.

Assim, o lazer pode ser dividido em três funções: a de descanso, como um reparador das deteriorações físicas e nervosas provocadas pelas tensões da rotina de trabalho, e obrigações cotidianas; a de divertimento, recreação e entretenimento, um fator de equilíbrio, um meio de suportar os estresses da vida social, uma fuga por meio do divertimento e evasão para um mundo diferente do enfrentado diariamente; e a de desenvolvimento, uma participação social maior e mais livre, a prática de uma cultura desinteressada do corpo, da sensibilidade e da razão, uma nova possibilidade de integração voluntária à vida de agrupamentos recreativos, culturais e sociais. E o conhecimento dessas funções possibilitam o planejamento mais apropriado de um espaço público com a inserção de modalidades de lazer adequado ao local e aos diversos públicos, atendendo suas necessidades pessoais (RIBEIRO, 2005).

A Constituição Federal (1988) estabelece no seu artigo 6º que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, p.21), ou seja, é assegurado a todos o direito ao lazer. Diante disto, as cidades devem oferecer opções de lazer, sejam elas em espaços públicos como praças, jardinetes, parques e bosques, ou em espaços privados como shoppings, cinemas e outros. No âmbito dos espaços urbanos, há a distribuição de espaços livres nos bairros para o lazer, para que não haja a necessidade do deslocamento. Considera-se então que democratizar o lazer implica democratizar o espaço (RIBEIRO, 2005; SILVA, 2010).

Segundo Silva (2010), são cada vez mais frequentes as notícias do aumento da violência, terrorismo e vandalismo, em cidades grandes e pequenas, e atribui-se que a violência acontece com maior frequência nos bairros onde não existem alternativas de lazer e que se intensifica nos fins de semana.

Para Ribeiro (2005), o planejamento dos espaços para o lazer deve ser balizado com leis que beneficiem os empreendimentos privados e os públicos,

sempre levando em consideração a questão ambiental aliadas aos planos de desenvolvimento urbano, inibindo a especulação imobiliária e a ocupação irregular, para que não se apropriem de espaços existentes que poderão cumprir a função do lazer da população, beneficiando não a poucos, mas sim a todos os que se encontram naquele determinado espaço.

De acordo com Silva (2010) o lazer é também uma conquista: a busca da valorização do lugar, da cultura local. Os espaços urbanos não se reduzem a formas urbanas de estratégias econômicas e políticas. Nos espaços periféricos mais populares, evidencia-se a conquista dos lugares de lazer, que são expressões da identidade irredutível dos espaços empobrecidos, através das ruas fechadas para prática de esportes, dos bares clandestinos e dos campos de futebol nos conjuntos habitacionais e das praças conquistadas (DAMIANI, apud SILVA (2010).

O lazer tem caráter de humanizar a cidade, pois contém o lúdico como possibilidade. De acordo com Gomes apud Andrade (2009), o lazer tem sua origem no lúdico e deve ser compreendido a partir da inter-relação dos conteúdos culturais vivenciados, das ações, do tempo e do espaço/lugar. Entende-se como espaço lúdico, locais de jogos e recreio que visam a atividade motora lúdica e que não sejam considerados esportes organizados; são espaços sem características pré-definidas, que, no que se refere ao solo e equipamento, tem sua utilização defini-se pela realização de atividade de lazer (FALÉ, 2000).

Segundo Silva (2010), existem inúmeras possibilidades em caracterizar os espaços de lazer urbanos, que atingem diferentes camadas sociais com múltiplos usos. A classe média exercita-se, nos parques e praças em uma caminhada, ou andando de bicicleta ou de patins, mantendo uma vida saudável. As classes mais populares como opção de encontro, de namoro, de desfilarem com seus automóveis “envenenados”, ao som de muita música, características à cultura, como funk, rap, rock, em volume alto, “quanto mais ousadia mais adrenalina”. (SILVA, 2010 p. 7).

Há lugares para um jogo de capoeira, berimbau, pandeiro, atabaques e palmas em ritmo afro-brasileiro. Para as crianças, adolescentes e jovens a disposição de espaços para as manobras radicais de skates, patins e

bicicletas; para as disputas de raias, pipas, papagaios sem o risco de tocar nos fios e postes, e com espaços abertos para a corrida atrás daquela raia que foi “podada” - e as crianças gritam “foi-se”, ou um jogo divertido de “bets”, corrida atrás daquela bolinha que foi atacada com tal força que foi longe, contagem de pontos, corre derruba a base, “bets morto” - ou até mesmo como reunião de expressão da arte de rua, dançar um “break”, expressar-se através do grafite, de uma musica falada e que expõe as dificuldades da periferia. Existe uma infinidade de atividades que podem ser enquadradas como sendo de lazer, dentro das atividades físicas, manuais, sociais, intelectuais e artísticas.

“Enfim, o espaço de lazer urbano é democrático e tem significação social múltipla, cada qual com sua peculiaridade. Possibilita recuperar a ação e a consciência de cada um e de todos, como vida social, produzida socialmente.” (SILVA, 2010 p. 9 e10).

Os próprios moradores dos bairros mais periféricos produzem seu espaço de lazer, muitas vezes clandestinos, uma vez que muitos são instalados em lugares impróprios ou não permitidos para essas atividades. Às vezes, põe em risco a própria vida do usuário, como é o caso das cavas do Parque Iguaçu, usadas como local de banho, porém ilícito, levando muitas vezes em morte por afogamento. (SILVA, 2010).

Dentro deste contexto da necessidade de lazer, e de um espaço urbano adequado às atividades do lazer, insere-se o parque, tendo, segundo Macedo e Sakata (2003), seu papel real como um espaço livre público estruturado por vegetação e dedicado ao lazer da massa urbana. No Brasil, o papel do parque é abrangente e sua definição nem sempre precisa de 10.000 m² ou pouco mais. Muitas vezes, um espaço de lazer de pequeno porte é denominado parque somente por conter instalações de lazer e alguma vegetação.

Para Macedo e Sakata (2003), parque é

todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno (MACEDO & SAKATA, 2003, p. 14).

Para Sá Carneiro, apud Ferreira (2007), o parque urbano são espaços livres públicos com função predominante de recreação, ocupando uma malha urbana maior que a quadra típica urbana, apresentando componentes da paisagem natural. Ainda para Macedo e Sakata (2003), são poucos os novos parques que possuem projeto requintado com programa que considere as necessidades da população, até porque não são frutos de um planejamento cuidadoso do sistema de espaços públicos.

Segundo Ferreira (2007), os parques urbanos apresentam uma contribuição para a sustentabilidade urbana. Seu ambiente natural oferece minimização dos problemas das cidades e traz benefícios para seus habitantes, bem como amenizam as tensões sociais, pois proporcionam a aproximação do ser humano com a natureza. O benefício ligado ao lazer está associado às funções psicológico de aliviar o estresse, fisiológico, cognitivos e comportamentais.

Insere-se aqui, o importante papel e a contribuição a serem exercidos por arquitetos e urbanistas, criando cidades que proporcionem aos seus habitantes a possibilidade e a facilidade para prática do lazer, de identificação social e pertencimento e de inclusão (SILVA, 2010).

2.3. CIDADE SUSTENTÁVEL E FUNÇÃO SOCIAL DOS PARQUES

Desde meados dos anos 1960, Curitiba vem mostrando um modelo de planejamento urbano de referencia mundial. Segundo Castelnou (2006), o desenvolvimento gradativo e contínuo deu-se pela fixação de imagens-síntese de Curitiba como “cidade-modelo” e “cidade planejada”, no início da década de 1970; “capital da qualidade de vida” e “capital do primeiro mundo”, nos anos 1980; “capital ecológica”, na década de 1990; “capital social” neste início de século, e muito recentemente, segundo o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, em abril deste ano de 2010, ganhou o título de “cidade sustentável”, recebendo o prêmio *Globe Award Sustainable City*, de cidade mais sustentável do mundo pela entidade sueca Globe Fórum¹(2010):

O objetivo do prêmio é destacar cidades com excelência em desenvolvimento urbano sustentável e torná-las exemplos positivos para outras cidades. Além de Curitiba, as finalistas eram *Sydney*, na Austrália; *Malmö*, na Suécia; *Murcia*, na Espanha; *Songpa*, na Coreia do Sul; *Stargard Szczecinski*, na Polônia. Este é o segundo prêmio mundial vencido por Curitiba neste ano. Em janeiro, a cidade ganhou o *Sustainable Transport Award*, em Washington, pela implantação da Linha Verde (IPPUC, 2010).

Segundo Andrade (2001), as áreas verdes dentro dos centros urbanos têm por finalidade a melhoria da qualidade de vida pela criação de áreas de lazer, paisagismo, preservação ambiental, preservação das áreas de fundo de vale, dos recursos hídricos e da qualidade da água, encontros sociais, atenuação da paisagem urbana, disciplinarização do uso do solo, valorização imobiliária, manutenção e regulação do equilíbrio climático, minimização da poluição, proteção acústica, conforto psicológico, atuação sanitária e preservação da fauna e flora, entre outros. Porém, embora Curitiba tenha grande quantidade de áreas verdes, parques e bosques, quase a totalidade destes estão localizados na porção norte, deixando a porção sul, mais populosa e carente, sem quase áreas verdes. A especulação imobiliária é muito grande no entorno dessas áreas de parques e bosques, seletivizando essas áreas e promovendo a segregação sócioespacial pela valorização dos imóveis e aumento dos impostos.

¹ WWW.globeforum.com/globeaward) Acesso em 15jun2010);

Ainda segundo Andrade (2001), a imagem de cidade de Primeiro Mundo atrai investimentos em vários setores e uma aceitação de seus cidadãos perante os “produtos” ofertados.

Desse modo, a criação de áreas verdes em Curitiba possui alguns elementos marcantes, presentes em quase todos os parques e bosques públicos, são eles: a grande interferência dos agentes imobiliários, a valorização do entorno, o caráter estético e de marketing, o uso para promoção do grupo político e da cidade e o aspecto sanitaria (ANDRADE, 2001, p. 8)

Para Garcia (1997), o período-chave do processo de construção da primeira imagem-síntese de Curitiba foi o início da década de 1970, período que corresponde à primeira gestão do prefeito e arquiteto Jaime Lerner, 1971-1974; e momento da implantação das diretrizes do Plano Diretor de 1965, contexto que se identifica o início da cristalização da imagem da Curitiba – cidade-modelo.

A primeira área verde de Curitiba, o Passeio Público (Fig. 2.4), implantado em 1886 teve uma ótica ainda preocupada com a questão sanitaria da cidade. O parque nasceu em uma área de banhado, às margens do Rio Belém, que propiciava a proliferação de agentes vetores de doenças. Foi nesse período que já se esboçava as primeiras diretrizes para a implantação de áreas verdes, o que ocorreria com o Plano Agache, de 1943, o qual previa a implantação de quatro parques e de um cemitério parque, todos guiados sob a ótica do sanitarismo (ANDRADE, 2001; IPPUC, 1992).

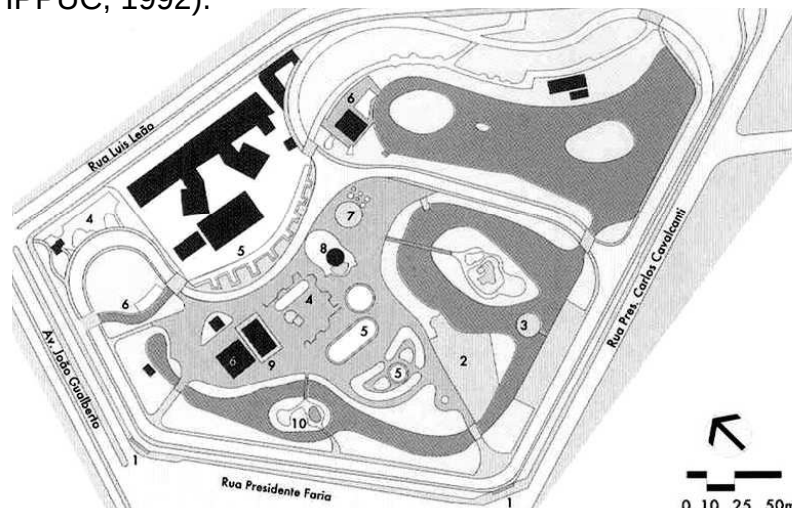


Fig. 2.4 – Planta do Passeio Publico.

(FONTE: MACEDO & SAKATA, 2003).

De acordo com Menezes (1996) em 1913 foi desencadeada uma política de higienização da cidade. Foi o período no qual foi criado um novo Código de Postura. Entrando em vigor em 1920, procurava um maior controle do uso do solo urbano, sendo exigido com rigor. Essa política aprofundava o controle sobre o modo de vida da população.

Já o Plano Agache (1944) tinha como considerações fundamentais para a resolução dos problemas da cidade: o saneamento, como drenagem dos 'banhados', canalização dos rios e ribeirões, esgotos pluviais, rede de abastecimento de água; o descongestionamento de tráfego urbano, vias de acesso externo, circulação da produção e abastecimento urbano; e os órgãos funcionais como centralização dos edifícios apropriados para sede do governo do estado, o Centro Cívico, e vários centros de irradiação da vida comercial e social (MENEZES, 1996).

Segundo Andrade (2001), a preocupação com as áreas verdes aparecia com destaque no Plano Agache (Fig. 2.5). Nele era proposto a criação de um horto botânico, a arborização das ruas e jardins, a preservação de áreas verdes ao redor do núcleo urbano e a criação de parques.

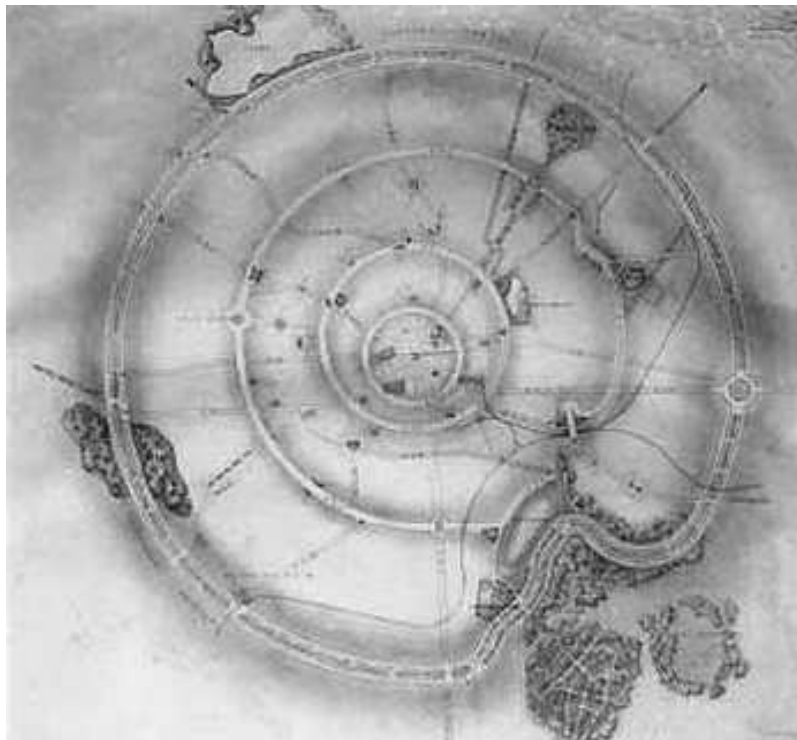


Fig. 2.5 – Plano Agache

(FONTE: IPEA, 2002, apud CASTELNOU, 2005).

Contudo, os parques previstos pelo Plano Agache só foram implantados durante a execução do Plano Serete, criado em 1965 e executado a partir de 1971; período da primeira gestão do prefeito Jaime Lerner, os quais eram: Parque do Capanema, próximo ao local onde hoje se encontra o Jardim Botânico; Parque do Ahú, onde localiza-se o atual Bosque do Papa; e Parque da Lagoa do Rio Barigüi, onde encontra-se o Parque Barigüi (ANDRADE, 2001).

Era previsto como medida preventiva, o controle do surgimento de novos loteamentos, os quais só poderiam ser vendidos com toda a infra-estrutura com água potável, arborização, canalização das águas pluviais e esgoto. Conforme Menezes (1996), era proposta a proibição de loteamentos nas áreas de mananciais, resguardando as áreas verdes e a qualidade da água. Com isto, o aparecimento de favelas deveria ser evitado.

Entre as décadas de 1950 e 1960, a população de Curitiba praticamente duplicou, sendo apontada pelo censo como a capital brasileira com maior crescimento demográfico populacional. Diante desse crescimento, ainda de acordo com Menezes (1996), foi elaborado em 1953 um novo Código de Postura, o qual contemplava questões como o desenvolvimento da cidade, de maneira especial, no controle do meio ambiente. “Ficavam claros os propósitos de controlar a degradação ambiental, com base em uma visão abrangente do ecossistema urbano” (MENEZES, 1996, p. 69).

Dentre as várias medidas tomadas para a ordem urbana e preservação ambiental, no novo Código de Postura, estava a proteção das matas protetoras de mananciais, com a Prefeitura prestando-se a colaborar com o Estado e a União na preservação de florestas e no estímulo à formação de bosques em lugares convenientes.

Na época da imigração, a área urbana e a população eram pequenas, possibilitando a instalação de imigrantes nas áreas onde apresentavam melhor condição para a atividade agrícola, formando fazendas ou chácaras na zona norte de Curitiba; áreas mais elevadas que o terreno de várzea do sul. A ocupação espacial da zona norte apresentou um adensamento menor do que a do sul, ocupada a partir da década de 1940, geralmente em loteamento clandestino, com a

migração proveniente do êxodo rural. As casas, situadas ao norte da cidade, ficavam em terrenos originais de chácaras, o que possibilitou que alguns remanescentes de chácaras e fazendas permanecessem preservados, ocupando grandes áreas dentro do perímetro urbano, dando origem a bosques e parques da cidade. Visando reforçar a imagem da cidade como detentora de qualidade de vida de Primeiro Mundo, a presença dos imigrantes foi incorporada através da criação do Roteiro das Etnias por meio dessas praças, bosques e parques em homenagem a diversidade delas (ANDRADE, 2001).

O prefeito a assumir o cargo após o golpe militar de 1964, Omar Sabbag, engenheiro sanitarista, procurou dotar a cidade de uma infra-estrutura ligada ao higienismo como: a ampliação do serviço de coleta de lixo; a adoção de aterro sanitário, inexistente até então; o desenvolvimento dos primeiros planos de preservação dos fundos de vale; a elaboração da primeira legislação de proteção de áreas verdes; obras de contenção de enchentes e outras (MENEZES, 1996).

No início da década de 1970, as intervenções do Plano Agache já estavam ultrapassadas, pelo aumento explosivo da população urbana. Só havia cerca de menos de 1m² de área verde por habitante; as enchentes e inundações na área central eram freqüentes; e os loteamentos clandestinos eram cada vez maior. Em 1971, havia 21 áreas consideradas favelas; o sistema de transporte, sistema de saúde pública e de educação estavam defasados; e o lazer público era quase inexistente.

Para reverter esse quadro, segundo Menezes (1996), a Prefeitura da cidade tomou decisões ousadas, que no início não foram aceitas, tais como o fechamento da principal rua do centro da cidade, a Rua das Flores, transformando-a em rua para pedestre; e a implantação do novo sistema de transporte coletivo, com vias exclusivas; medidas que faziam parte da diretriz do Plano Serete. Nesse momento, vivia-se no Brasil o período do “milagre econômico”, o governo central tinha como interesse estratégico a adequação das cidades ao projeto desenvolvimentista; e a forma como o planejamento de Curitiba vinha sendo executado chamou a atenção do poder central. “Curitiba poderia ser “adotada” como exemplo da eficácia do planejamento urbano pretendido para o resto do país” (MENEZES, 1996, p. 93).

A primeira gestão de Jaime Lerner como prefeito de Curitiba procurava colocar em prática um rearranjo funcional que fazia parte de toda uma nova estratégia de ação diante dos problemas ambientais. Lerner aproximou a Diretoria de Parques e Praças de seu gabinete, ganhando, assim, uma maior autonomia de atuação na recuperação e na preservação de áreas verdes. Com isso o índice de menos de 1m² de área verde por habitante no final dos anos 60, em 1974 atingiu a marca de 16m² por habitantes, índice igual ao estipulado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Nesse período três grandes parques foram implantados: Parque Barreirinha com 275.380 m², criado oficialmente em 1959, mas implantado em 1972; Parque São Lourenço com 203.918 m²; e Parque Barigüi com 1.400.000 m². Os dois últimos, ambos parques lineares de fundo-de-vale, foram projetados com o objetivo de encontrar uma solução alternativa para a contenção das enchentes dos rios que cortam a cidade (MENEZES, 1996).

Segundo o IPPUC (1992), o índice de áreas verdes por habitante chegou em 1992 a 55 m², considerando aí as áreas públicas e particulares. Para Andrade (2001), esse denominador só foi alcançado pela forma que foram computadas essas áreas, sendo que em 1965 eram contadas somente áreas verdes administrada pelo Município, ficando de fora jardins menores e áreas verdes particulares. Já no último levantamento da prefeitura foram consideradas áreas verdes possíveis de serem detectadas por satélites, sejam elas públicas ou particulares. “Isso explica como Curitiba, mesmo tendo um dos maiores índices de crescimento entre as capitais brasileiras nesses 35 anos, conseguiu um crescimento tão expressivo das áreas verdes” (ANDRADE, 2001, p. 43).

Com a institucionalização da tradição curitibana na preservação de áreas verdes no final da gestão de Lerner, em 1974, foram mapeadas 93 Áreas de Preservação Permanentes, todas asseguradas pela legislação vigente à época.

Entre os anos de 1970 e 1980, houve um crescimento populacional de 5,20% em Curitiba, devido à migração do meio rural para o meio urbano. O crescimento da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) superou esse número com a taxa de 5,78%, causando consequências socioambientais inesperadas, como a

ocupação de fundos de vale e áreas de mananciais. Essas áreas atraíam as famílias de baixa renda, por ser a única opção para muitas delas, embora fossem áreas desaconselháveis à habitação e passíveis de degradação ambiental (MENEZES, 1996).

Ainda de acordo com Menezes (1996), esse tipo de ocupação ocorreu principalmente na zona sul de Curitiba, próximo ao Rio Iguaçu, o qual sofria inundações periódicas em decorrência da má drenagem do solo, especialmente na área do Baixo Boqueirão, que no Plano Serete, previa sua desadequação para garantir a preservação do rio. Em 1979, foi implantado o Parque Regional do Iguaçu, com uma área de 8.264.316 m². Na intenção de evitar a habitação nessa região, o Plano Serete não a contemplava em termos de infra-estrutura urbana. O baixo investimento em infra-estrutura na área desmotivou a especulação imobiliária, resultando uma alternativa econômica viável para os imigrantes rurais, que passaram a ocupá-la, de forma irregular.

Segundo Andrade (2001), ficava clara a diferenciação de uso do Parque Iguaçu com relação aos demais, considerado pela imprensa o “Pulmão Verde” de Curitiba, com poucos equipamentos e uma grande área, tratando-se de um parque de caráter preservacionista.

Seus objetivos eram: evitar a ocupação de uma área imprópria à habitação, Evitar a cornubação de Curitiba com São José dos Pinhais, amenizar o impacto das enchentes, preservar as nascentes do Rio Iguaçu, criar uma opção de lazer de porte metropolitano, preservar a vegetação nativa e aumentar os índices de área verde no município (ANDRADE, 2001, p. 53).

A criação do Bosque João Paulo II, com 48.000 m², em 1980, além do ato de preservar as áreas verdes, juntou-se ali o ato de preservar a memória de Curitiba, numa linha que poderia ser chamado de “preservação da eco-história da ocupação da cidade (MENEZES, 1996).

De acordo com Menezes (1996), novas secretarias foram criadas durante a gestão do Prefeito Roberto Requião, que durou de 1986 a 1988. Entre

elas, a Secretária Municipal do Meio Ambiente (SMMA), que assumiu o controle ambiental da cidade. Com isso, em 1986, foi criada a Lei 6.819 que autoriza a criação de estímulos à preservação e formação de áreas verdes, com incentivos fiscais, como a isenção de impostos; e dispõe sobre o Setor Especial de Áreas Verdes. Em 1988, nascia mais um parque destinado à contenção de enchentes do Rio Atuba: o Parque Bacacheri, com 150.000 m².

A criação bem sucedida de parques públicos para a preservação de áreas verdes, contenção de enchentes e oferta de lazer começou a ser enfatizada. E, em 1990, através do programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnue), Curitiba foi premiada pelo seu programa de gerenciamento dos resíduos sólidos. Curitiba, segundo Menezes (1996), recebeu mais prêmios, todos reconhecendo o resultado alcançado pela promoção do desenvolvimento urbano e a melhoria da qualidade de vida.

Em seu terceiro mandato, Jaime Lerner colocou em prática sua estratégia de co-responsabilizar a população pela manutenção da qualidade de vida da cidade, procurando envolvê-la na partilha pelo sucesso das transformações urbanísticas pretendidas para a cidade e para o sucesso dos programas ambientais. Essa estratégia era o núcleo central do novo cenário montado para a cidade, o de “capital ecológica”. Para a sustentação dessa imagem, foram reproduzidos nos veículos de comunicação um repertório de imagens simbólicas, tais como “cidade brasileira com melhor qualidade de vida”, “cidade que pode salvar o mundo”, “cidade do futuro”, “cidade-modelo” e outros. A Prefeitura passa a explorar exaustivamente, pelos meios de comunicação, a qualidade de vida da cidade associada com o maior índice de áreas verdes (MENEZES, 1996; ANDRADES, 2001).

A partir de 1989, começaram a surgir em Curitiba construções simbólicas com uma rapidez impressionante, como produtos a serem lançados no mercado consumidor, materializando-se nos parques e bosques. Os espaços verdes passaram de função estrutural da década de 1970, para função mistificadora, com fortes elementos emblemáticos, imagens com elementos arquitetônicos das cidades de primeiro mundo (GARCIA, 1997; ANDRADE, 2001).

Outra forma de sustentação da imagem simbólica foi a educação ambiental, introduzida em escolas, comunidades e parques públicos. Nas áreas periféricas, a implementação da educação ambiental teve como alvo as crianças e os adolescentes, por intermédio do Programa de Atendimento à Infância e Adolescência (PIA Ambiental). Ainda no sentido de despertar a população para a questão ambiental urbana, foi criada em 1991, a Universidade Livre do Meio Ambiente (Unilivre) (MENEZES, 1996).

A partir de 1990, vários parques e bosques foram criados, impulsionados pela nova lei, Lei 7.833/1991, do meio ambiente de Curitiba, são eles: Bosque Gutierrez com 18.000 m²; Bosque Reinhardt Maack com 78.000 m²; Bosque Zaninelli com 37.065 m², Parque da Pedreira com 103.500 m² (Fig 2.6); Jardim Botânico de Curitiba com 278.000 m²; e Parque Municipal do Passaúna com 6,5 milhões de metros quadrados; sendo o último parte de um processo mais amplo de preservação ambiental, já que em 1989 a área da Bacia Hidrográfica do Passaúna foi decretada como Área de Proteção Ambiental pelo Decreto 80/1991 (MENEZES, 1996). Com parques e bosques que traziam consigo, quase sempre, elementos emblemáticos, Curitiba mostrava no seu processo de promoção urbana do *city marketing* a ligação direta às questões ecológicas com a exploração da imagem de qualidade de vida da cidade (ANDRADE, 2001).



Fig 2.6 – Opera de Arame – Parque da Pedreira
(FONTE: ANDRADE, 2001).

Um exemplo da associação da cidade de Curitiba como detentora da qualidade de vida similar ao da Europa, de acordo com Andrade (2001), fica

evidenciado no pastiche de uma construção britânica em um jardim francês no Jardim Botânico (FIGURA 2.7), construção financiada pela empresa O Boticário, que logo após a sua inauguração sofreu sinais de vandalismo e depredação. Só então a Prefeitura iniciou uma intensa campanha de conscientização na favela próxima ao parque. Para promover mais ainda a imagem do bairro e consequentemente da cidade, aconteceu um plebiscito e o bairro que antes se chamava Capanema, passou a ser chamado de bairro Jardim Botânico (ANDRADE, 2001).



Fig. 2.7 – Jardim Botânico.
(FONTE: CURITIBA, 2010).

Durante a administração do prefeito Rafael Greca de Macedo (1993-1996), foram implantados 10 parques e bosques públicos, todos dando ênfase à cultura; e construído diversos memoriais homenageando as diferentes etnias presentes na cidade. Os parques Tingüi e Tanguá foram os principais parques da gestão de Greca.

Ambos apresentam no seu processo de produção um forte vínculo entre a esfera privada e o poder público. As duas áreas onde hoje se encontram estes parques pertenciam a particulares que doaram parte de suas terras à prefeitura prevendo a valorização imobiliária que ocorreria no loteamento do entorno dos parques (ANDRADE, 2001, p. 72).

Ainda de acordo com Andrade (2001), como previsto pelo poder privado a área ao redor dos parques sofreu sobrevalorização imobiliária e conseqüentemente mudança no perfil da tipologia construtiva, surgindo na região condomínios fechados de alto padrão.

Na porção sul de Curitiba, foram criados os parques dos Tropeiros, Caiuá e Diadema, localizados um ao lado do outro, com o objetivo de limpeza e saneamento da área; preservação da área de fundo de vale de um córrego; e aumento da quantidade de áreas verdes na região sul, beneficiando 15.000 pessoas dos conjuntos habitacionais da região, além de homenagear o ciclo dos tropeiros (SMMA, apud ANDRADE, 2001). Na administração do prefeito Cássio Taniguchi foi implantado um bosque próximo aos parques dos Tropeiros, Caiuá e Diadema: o Bosque São Nicolau que, para Andrade (2001), reforçou mais ainda a má distribuição espacial dos parques e bosques públicos na região sul da cidade.

Segundo Castelnou (2005), na passagem do século XX para o XXI, quase todo Município já estava ocupado; e em 2005 o fenômeno de conurbação em Curitiba estava bem evidente, conectando-se aos municípios vizinhos, embora continuasse com seus 75 bairros, sendo os bairros da região Norte com a melhor arborização e proximidade dos parques urbanos, e os da região Sul com os maiores índices de crescimento e condições deficitárias de qualidade de vida. Do ponto de vista de Garcia (1997), a imagem-mito esconde bolsões de miséria na periferia e áreas metropolitanas.

[...] A imagem sintética da “cidade humana” encobre tendências dominantes da política urbana local de preservação do bem-estar e da qualidade de vida de segmentos médios da sociedade, enquanto amplas parcelas da população são excluídas dos novos circuitos de adequação e consumo (GARCIA, 1997, p. 27).

O *city marketing* com a promoção de invejáveis índices de área verde por habitante, se trouxe inúmeros benefícios, como investimento de capital, atração de atividades comerciais e de serviço e promoção crescente do turismo urbano, mediante veiculação de sistemas articulados de estilos de vida e imagens, também promoveu grande afluxo populacional, tendo uma contra-face os problemas

inerentes à maioria das metrópoles contemporâneas, que se constroem na exclusão e segregação (GARCIA, 1997; CASTELNOU, 2005).

O parque é qualificado como área de lazer pelo IPPUC (1973), no Plano Diretor do Parque Iguaçu, através do estudo feito pelo Instituto, nomeado de “A Recreação em Curitiba”, o qual conduziu às conclusões de que havia baixa utilização dos equipamentos urbanos disponíveis; e uma reduzida prática esportiva. As atividades recreativas mais importantes, bem como o relacionamento social, eram desenvolvidas dentro do lar. Porém, as análises feitas a partir de dados desse estudo foi que o Passeio Público possuía uma frequência bastante significativa, o que indicava uma demanda importante no âmbito do lazer fora do lar. Constatou-se, então, que havia a necessidade de milhões de metros quadrados de áreas livres destinadas à recreação para suprir as deficiências da cidade nesse setor.

A produção dos parques e todo o seu desenvolvimento mencionados nesse capítulo, não se resumem somente em questões preservacionista ou de *marketing*: foram também uma forma encontrada pelos urbanistas de combater os sintomas das metrópoles e das doenças causadas pelo crescimento urbano. O Plano de Recreação de Curitiba propunha o estímulo à recreação orientada, “considerando como prioritária a criação de condições do aproveitamento adequado das horas de lazer da população infantil, jovem e adulta, prevendo a reconstrução e construção de parques, praças e centros esportivos” (IPPUC, 1973, p. 23).

É, portanto, o parque o espaço urbano destinado ao lazer, este vital para o desenvolvimento da cidade, elegido pelos urbanistas em Curitiba.

2.4. CONCLUSÃO

Dentro dos três tópicos percorridos até agora, pode-se dizer que a sustentabilidade é norteadora de todos eles. Iniciando-se com a relação do homem com o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável é o fruto do despertar do homem sobre as questões ambientais, que veio crescendo com o passar dos anos. Atualmente, a sustentabilidade vem adquirindo maior entendimento quanto a sua contribuição para o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento humano, econômico e social.

Cidade sustentável, atributo dado a Curitiba. A cidade é exemplo das questões sanitárias; da resolução do problema do lixo, com o incentivo à separação e reciclagem; das questões de transporte público, com um sistema de transporte exemplo para o mundo todo; das questões ambientais, com um índice extraordinário de 52 m² de área verde por habitante, mas e das questões sociais, será que Curitiba não fica devendo? Não se pode negar que há construção de creches, o Sistema Mãe Curitibana, mas só quem usa o Sistema Único de Saúde (SUS), sabe a realidade deste, tendo que ficar mais de 4 horas na fila de um posto 24 horas para ser atendido ou tendo que acordar 4 horas da manhã para entrar na fila para pegar uma ficha para consulta médica, que nem sempre há disponibilidade no posto de saúde do seu bairro.

Espaços urbanos de lazer são necessários a toda a sociedade, para melhor qualidade de vida, para o escape do dia-a-dia, e para o descanso. Em Curitiba conta-se com 52 m² de área verde por habitante, mas a área de lazer não é bem distribuída, concentrando-se ao norte da cidade. Logo, onde os residentes dos bairros dessa porção são de classe média-alta, os parques e bosques são mais bem equipados; e são imagens propaganda de Curitiba para o mundo. A população ao sul de menor renda fica com o pouco, com parques mal cuidados e sem equipamentos, como o Parque do Iguaçu. Fato que será apresentado no capítulo de interpretação da realidade.

De acordo com Schimidt (2010), a sustentabilidade é composta de três dimensões: a econômica, a ambiental e a social; todas diretamente inter-relacionadas, que devem manter um equilíbrio que combina crescimento econômico

com mudanças sociais e culturais, reconhecendo os limites físicos impostos pelos ecossistemas. O modelo das três dimensões da sustentabilidade pode ser ilustrado através do seguinte diagrama (Fig. 2.8).

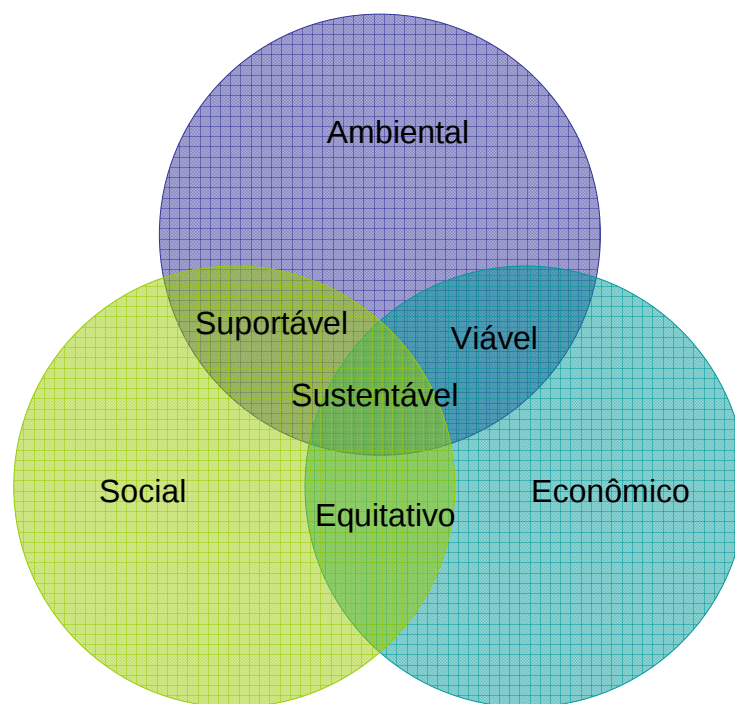


Fig. 2.8 – Diagrama Dimensões da Sustentabilidade
(FONTE: A AUTORA, 2010).

O enfoque do trabalho é a sustentabilidade social, porém não deixando de lado as outras dimensões da sustentabilidade. A sustentabilidade social está baseada na melhoria da qualidade de vida da sociedade, por meio do nivelamento do padrão de renda e, acesso à educação, moradia, alimentação, lazer e saúde, entre outros. Dentro do âmbito de desenvolvimento do trabalho, contempla-se o lazer, que ao mesmo tempo em que oferece espaço de lazer de qualidade a comunidade, tem a preocupação e cuidado ambiental e econômico.

Através do estudo da evolução e preocupação com o meio ambiente natural, a produção de parques em Curitiba nasceu com o intuito de melhorar a qualidade de vida, preservar áreas de mananciais e ambientalmente frágeis, proporcionar um lazer adequado a população. Sabendo o que é o lazer e o que seu significado nele implica, faz-se necessário analisar exemplos de parques que apresentam essas características, o que é feito na sequência.

3. ANÁLISE DE CASOS CORRELATOS

Diante da revisão bibliográfica realizada no capítulo anterior, na qual foi estudada a evolução da relação do indivíduo e o meio ambiente, percebe-se a crescente preocupação com a sustentabilidade; uma forma de uso consciente dos recursos naturais. Abordou-se também o destaque mundial que Curitiba vem tomando por seu planejamento exemplo das questões ambientais; além do uso dos parques para o lazer de massa. Faz-se aqui necessário o estudo de exemplos de espaços urbanos de lazer, os parques urbanos.

No contexto do presente trabalho, do âmbito sócioambiental, procurou-se estudar casos que tenham uma proximidade com a classe popular, de forma a avaliar seu real uso e adequação à população adjacente; e que tenham uma preocupação efetiva com o ambiente natural.

Os próximos sub-capítulos trazem análises de caso correlato internacional, nacional e local. A primeira trata do Parque Tezozomoc situado no Distrito Federal da Cidade do México; a segunda aborda o Parque do Carmo, situado na cidade de São Paulo; e a terceira trata do Parque Lago Azul situado na cidade de Curitiba.

3.1. PARQUE TEZOMOC – CIDADE DO MÉXICO

Localizado em Azcapotzalco, zona popular do norte da Cidade do México, o Parque Tezomoc é um espaço urbano dotado de instalações e equipamentos que desempenham um papel particularmente relevante em seu contexto; uma zona densamente povoada e absolutamente carente de espaços abertos e comunitários. O parque encontra-se em uma área predominantemente industrial com população de recursos econômicos limitados (GEVER, 1994; CIDADE DO MÉXICO, 2010).

A construção do Parque Tezomoc iniciou-se em 1982, como parte das obras complementares à construção da Linha 6 do Metrô da Cidade do México. O projeto foi desenvolvido pelo renomado paisagista mexicano Mario Schjetnan, (em conjunto com o Grupo de Diseño Urbano) considerado um dos maiores paisagistas da América Latina e o principal representante da escola mexicana, segundo Segre (2010). Alguns de seus conceitos básicos estão presentes no desenho deste parque, como “a leitura e interpretação da especificidade do sítio (*o locus*); a valorização da dinâmica temporal do espaço público e a integralidade das diferentes escalas projetuais” (SEGRE, 2009 p. 73).

Schjetnan considera o espaço público como o elemento essencial da sociabilidade urbana, cujo sentido democrático deve ser definido por um desenho contemporâneo, aberto, híbrido e indeterminado aos fluxos e à dinâmica da vida social, mas que, ao mesmo tempo, reconheça os valores míticos do passado para criar novas memórias que vão consolidando a cultura local - sempre assumindo a natureza e o contexto histórico presentes em cada região do México (SEGRE, 2009, p. 73).

Os preceitos de Schjetnan foram empregados no desenho do Parque Tezomoc. Retomando a antiga topografia e corpos d'água do Vale do México durante a época pré-hispânica, organizou os espaços em torno de um grande lago central com a forma da extinto Lago Texcoco. Com a expansão urbana que vem destruindo a paisagem original que identificava as culturas pré-colombianas, o subúrbio pobre da capital de 17 milhões de habitantes tem a totalidade do lago original ocupado, devastando, também, a densa vegetação

original do espaço. Essa realidade de degradação ambiental converteu-se na paisagem cotidiana dos operários habitantes da região de Azcapotzalco (SEGRE, 2009; CIDADE DO MÉXICO, 2010).

O parque conta com 28 hectares totalmente cercados, com três acessos, sendo margeado pelas Avenidas de Lãs Armas, M. Salazar e Zemapoaltecas e pela Rua do Rosário (Fig. 3.1). Ele representa para a cidade um exemplo de regeneração urbana e melhoria da qualidade de vida, permitindo que os habitantes dos bairros adjacentes desfrutem do espaço recreativo bem planejado. Do ponto de vista ecológico, o parque é um exemplo de reciclagem urbana e desenvolvimento sustentável, utilizando na modelagem da topografia do parque a terra escavada da obra do metrô. A água tratada e reciclada a partir da instalação de tratamento da unidade El Rosário que fica próxima ao parque, é usada para irrigação dos jardins e manter os corpos d'água, além de atrair algumas espécies de aves migratórias que foram se tornando menos frequentes na região durante na ultima década (CIUDAD MÉXICO, 2010).

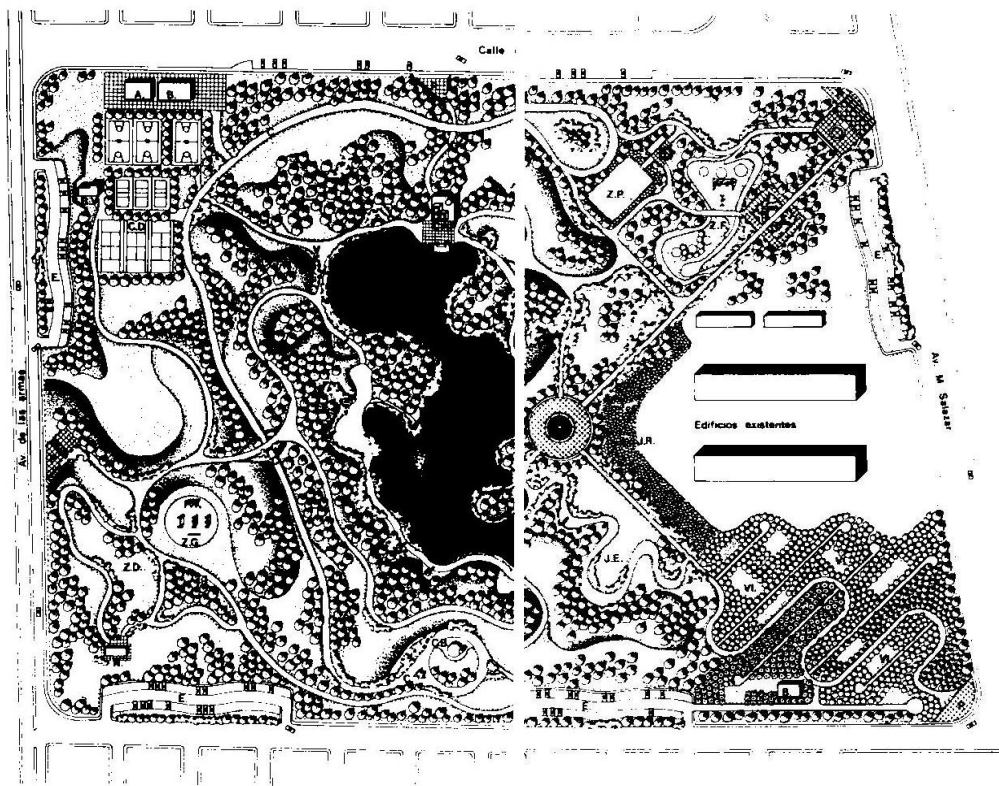


Fig. 3.1 – Planta massa de vegetação
(FONTE: GEVER, 1994).

Ao redor do lago foram traçadas calçadas semelhantes às que uniam as ilhas com a terra firme. A comunicação interna entre as diferentes zonas acontece mediante uma combinação de caminhos sinuosos e retos, rematados com elementos como fontes e acessos, caso da Praça Tezozomoc. Sobre uma pequena ilha, no centro do lago, está o símbolo da memória histórica da lenda asteca: a escultura da águia que domina a serpente (Fig. 3.2).



Fig. 3.2 – Lago do Parque Tezozomoc, Azcapotzalco, Cidade do México
(FONTE: CASTILHO, 2007).

Segundo Gerver (1994), os aspectos físicos ambientais estão calcados no resgate da vegetação nativa pré-hispânica. Para isso, foram inseridas vegetações nativas do local para recriar a flora original do vale do México, tais como pinheiros, salgueiros e eucaliptos, entre outros, contando com um grande viveiro para o reflorestamento da zona de Azcapotzalco. A disponibilidade de equipamentos de lazer é bastante diversificada, contendo canchas de basquetebol, voleibol e tênis, espaços para ginástica ao ar livre, pista de patinação, playground, ciclovia, teatro ao

ar livre, pista de corrida, praças e caminhos que estão abertos ao público gratuitamente. Disponibilizam-se, também, equipamentos de serviços como lanchonetes, cafeterias, sanitários e vigilância.

A composição paisagística de cores, texturas e perspectivas é uma lição sobre o desenho pitoresco do parque que cumpre com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do populoso distrito da capital mexicana. O Parque Tezozomoc é exemplo de uma proposta sustentável, para o futuro projeto de requalificação do parque Iguaçu, com preocupações sociais, no resgate da mitologia e desenho ambiental da cidade, além de preocupações ambientais na retomada da flora nativa; e também tendo como preocupação a melhoria da qualidade de vida da comunidade, oferecendo um espaço aberto de qualidade para o lazer e descanso (Fig. 3.3 a 3.5).



Fig. 3.3 – Parque Tezozomoc
(FONTE: GDU, 2010)



Fig.3.4 – Parque Tezozomoc
(FONTE: GDU, 2010)



Fig. 3.5 – Parque Tezozomoc
(FONTE: GDU, 2010)



Fig. 3.6 – Parque Tezozomoc
(FONTE: GDU, 2010)

A seguir se verá um exemplo nacional, localizado no estado de São Paulo, num contexto socio-cultural e econômico mais próximo da área a ser desenvolvido o projeto como trabalho final do curso de arquitetura e urbanismo da UFPR.

3.2. PARQUE DO CARMO – SÃO PAULO

Inaugurado em 19 de setembro de 1976, segundo Kliass (1993), o Parque do Carmo em São Paulo, situado no bairro Itaquera, nas Avenidas Afonso de Sampaio e Souza e Osvaldo Pucci, zona leste de São Paulo. Foi instalado nas antigas terras da Fazenda do Carmo, que foi formada pela Ordem Terceira do Carmo e pertenceu a Oscar Americano. Entre outros, os autores do seu projeto o Arquiteto Luiz Felipe Castro Santos e Jafet Henrique de Carvalho, como colaborador, e equipe (Fig. 3.7).



Fig 3.7 – Planta massa de vegetação
(FONTE: MACEDO & SAKATA, 2003).

A área de 1.500.359 m² é fruto de desapropriação pelo prefeito Olavo Setúbal, a qual pertencia a uma gleba muito maior, de propriedade da

Companhia Brasileira de Projetos e Obras (CBPO). A área desapropriada apresentava-se paisagisticamente preparada para, com poucos investimentos de recursos e tempo, ser transformada em parque público.

O cenário urbanístico de São Paulo pouco antes da criação desse parque era crítico em relação à área verde disponível por habitantes. No final da década de 1960 e início dos anos 70, a Prefeitura começou a planejar áreas e espaços verdes para a recreação, baseada na necessidade de oferecer equipamentos e lazer à população que crescia vertiginosamente. O Plano de Áreas Verdes de Recreação foi balizador para a produção de novos parques; era um diagnóstico da realidade urbana da época, que dividiu a cidade em 25 zonas, cada uma delas com propostas de implementação de áreas verdes de recreação. O plano previa 29 parques distribuídos pela malha urbana, porém era uma ação na contra-mão, pois enquanto a cidade crescia de forma a extinguir e ocupar com outros usos os espaços previstos para parques, o plano procurava reservar áreas para que fossem espaços de lazer (PARQUES URBANOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO, 2008).

Produto do Plano de Áreas Verdes e Recreação do Município de São Paulo e da revisão do Plano Urbanístico Básico, que preconizava o estabelecimento de um Sistema de Áreas Verdes, o Parque do Carmo compunha, juntamente com outros 22 espaços que podem ser consideradas parques, uma área total de 28.658.168 m² de verde, resultando em um índice de 2,95 m² por habitantes, em 1984 (KLIASS, 1993).

Desde 1925, houve o parcelamento de chácaras da antiga Fazenda do Carmo, este ocupado, principalmente por japoneses, que desenvolveram a cultura de pessegueiros. O parque está situado em uma zona residencial de população de média-baixa e baixa renda, junto a um dos últimos redutos de vegetação nativa do Município de propriedade da COHAB, ameaçada de destruição pela eliminação dessa cobertura vegetal e descaracterização da topografia nas áreas vizinhas da Cohab-Itaquera (KLIASS, 1993).

Além do parque, há uma imensa área verde ao redor dele, a Área de Proteção Ambiental (APA DO CARMO), que como forma de proteção foi criada pela Lei N° 6.409/1989 e regulamentada pelo Decreto Estadual N° 37.678, de 20 de outubro de 1993. Dentro dos nove milhões de metros quadrados de APA (Fig. 3.8), situados na bacia rio Aricanduva, encontra-se o Parque do Carmo; o SESC, e a Usina de Compostagem de São Mateus, que está desativada; o terreno do antigo Aterro Sanitário e a Gleba do Pêssego, área de assentamento irregular (PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, 2010).



Fig. 3.8 – APA do Carmo
(FONTE: AMBIENTE, 2010).

O parque é limitado ao sul pelo divisor de águas entre a bacia do rio Aricanduva e do rio Verde; e apresenta numerosas nascentes, inclusive a do rio Verde, que foram represadas e formam um grande lago. As colinas existentes na área têm uma altitude de até 70m acima do nível do lago, em encostas de declives entre 5-20%. A configuração geral de seu traçado reflete suas origens de fazenda. Apresenta uma ampla visual com extensos gramados e bosques de mata remanescente. Os equipamentos de lazer espalham-se nessa área e em caminhos que se assemelham a pequenas estradas, que foram adaptados para receber

equipamentos esportivos, culturais e de recreação infantil e familiar (KLIASS, 1993; MACEDO & SAKATA, 2003).

Sua vegetação é composta pela típica formação das matas secundárias da região leste do Município; e na porção oeste do parque existe o reflorestamento de eucaliptos. Há, ainda, um cercado com 1500 cerejeiras, que, em outubro, ficam inteiramente cor-de-rosa.

O programa de lazer é bastante diversificado, com atividades para todas as faixas etárias e atrai moradores de toda a zona leste da cidade. É comum a apresentação de shows ao ar livre com a platéia instalada sobre os gramados em auge, que dão boa visibilidade para o palco. Pode se exercer diversos tipos de atividades de lazer como: o descanso, em contemplação da natureza; a recreação infantil, no playground, e adulta, nas quadras esportivas e campos de futebol, e o desenvolvimento na conservação de recursos naturais.

A configuração do espaço é composta por relevo ondulado, gramados com diversos equipamentos de lazer, bosques de mata nativa, lago formado pelas nascentes, riacho, rede de caminhos e recantos sinuosos. O parque é composto também por diversos equipamentos e mobiliários, tais como: administração, campo de futebol, quadras esportivas, playground aparelhado com 120 balanços, ilha dos macacos, viveiro de mudas, churrasqueiras, mesas para piquenique, palco, monumento, quiosques, lanchonetes, restaurantes, museu de ecologia ao ar livre onde acontecem shows com frequência, mirantes, ponte, estufa, anfiteatro, bica, sanitários, bancos, bebedouro, lixeiras e cercamento.

O Parque do Carmo assemelha-se ao Parque Iguaçu, pela sua situação dentro do Município, margeado por classe popular; e requerido para um lazer de massa, sendo dotado de diversos equipamentos que o tornam atraente à população, se assemelha, também, pela questão ecológica de preservação dos últimos redutos de mata nativa, que, no caso do Parque do Carmo, preserva as nascentes com a formação do lago, que serve para a contemplação e embelezamento do parque.

Classificado por Macedo e Sakata (2003) como parque moderno, calcado nos princípios modernistas da Carta de Atenas, no consumo e lazer de

massas, com ênfase expressiva no lazer ativo e na manutenção de extensas áreas de vegetação nativa, o Parque do Carmo é produto da expansão dos sistemas de praças e parques de modo expressivo, para o *marketing*. São Paulo, assim como Curitiba, teve a clara intenção de valorizar o espaço público urbano, em especial praças e parques, organizando o Departamento de Parques e Áreas Verdes – Depave (Fig. 3.9 a 3.11).



Fig. 3.9 – Parque do Carmo

(FONTE: MACEDO & SAKATA, 2003).



Fig. 3.10 – Parque do Carmo
(FONTE: KLIASS, 1993).



Fig. 3.11 – Parque do Carmo
(FONTE: PARQUES URBANOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO, 2008).

3.3. LAGO AZUL – CURITIBA PR

O Parque Lago Azul foi escolhido para análise de correlato local por ser o último parque a ser construído em Curitiba até então, sendo contemporânea sua idealização, e estando localizado no extremo sul de Curitiba; zona com carência de espaços de lazer, além disso está situado em um bairro de classe média-baixa, e faz parte de um rio, não sendo necessariamente por questões sanitárias (Fig. 12). O lago foi criado artificialmente pelo antigo dono do espaço para resolução de questões particulares, mas serve para a preservação do afluente do rio Iguaçu, que antes da municipalização estava em situação extrema de poluição, outra justificativa para sua escolha são seus equipamentos diferenciados, como a quadra suíça de futebol e a praça d'água.



FIG. 3.12 – Portal Lago Azul
(FONTE: A AUTORA, 2010).

De acordo com a Prefeitura Municipal de Curitiba (2010), o Parque Lago Azul é o 19º parque a ser construído em Curitiba, inaugurado em dezembro de 2008. Criado pelo programa Biocidade na gestão do prefeito Beto Richa, está situado entre os bairros Umbará e Ganchinho, na região sul de Curitiba, ocupado por moradores de classe média-baixa e baixa. A densidade desses bairros é baixa em comparação com a densidade urbana total; e a localização do parque não é contígua a bairros de grande densidade, embora esteja bem próximo ao bairro Sítio Cercado, que está dentro de uma zona chamada Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS), contando com um índice de 104,57 Hab/ha, este trata-se do 3º bairro com maior densidade demográfica de Curitiba. A exemplo de muitos parques da cidade está situado em um afluente do rio Iguaçu, o rio Ponta Grossa.

O programa Biocidade, gerador do parque, segundo a Prefeitura Municipal de Curitiba (2010), é um programa desenvolvido desde 2007, que se resume em um sistema de gestão que reúne as diferentes áreas de administração municipal para combater as perdas da biodiversidade no ambiente urbano, compatibilizando o desenvolvimento da cidade com a conservação da natureza. Seus objetivos principais são resgatar, manter e valorizar a flora nativa; e pesquisar novas espécies de plantas regionais com potencial ornamental. A meta é produzir novas espécies e reintroduzi-las nas áreas de preservação, arborização de ruas, parques e praças, jardins e quintais.

O atual Parque Lago Azul, está situado em uma área que pertenceu à família Micheletto desde o final do século XIX até o ano de 2007. Segundo a Fundação Cultural de Curitiba (2008), esta família em união à família Segala foram as responsáveis pelo represamento do rio Ponta Grossa, que originou o lago. Inicialmente, o lago era um local de lazer familiar e de amigos; mais tarde, foram adicionados peixes no lago, canoas foram compradas e foram montados uma lanchonete e equipamentos para a comercialização do lazer. Foi nesse momento, nas décadas de 1960 e 1970, que o lago foi batizado de Lago Azul. O espaço atraía o público em massa, o local tornou-se conhecido em toda a cidade.

Com a popularidade do espaço que atraía inúmeros visitantes, começaram a surgir os problemas, como mortes por afogamento, frequentadores arruaceiros e violência, que em meados de 1970 abalaram a segurança do local,

afastando os visitantes. O aumento da criminalidade e violência no bairro Umbará foi, então, atribuído à existência do parque. Com isso, a população exigiu o seu fechamento. Mesmo com as exigências da população, o parque continuou aberto; e manteve-se como uma referência de lazer barato e acessível a todas as classes.

No entanto, no final da década de 1990, com a poluição que lentamente tomou conta do lago, cessaram as visitas ao parque. A poluição produzia espuma que formava nuvens de até três metros de altura, cujo ápice ocorreu entre os anos de 1999 e 2000, afastando os visitantes e causando um grave dano ecológico. Essa poluição provinha da Central de Abastecimento do Paraná, da Ceasa, de postos de gasolina da região e de esgoto doméstico lançados no rio Ponta Grossa (Fig. 3.13).

Em 2007 o Município de Curitiba negociou a desadequação da área com a Sra. Angelina, filha do responsável da criação do lago; e deu início ao projeto de renovação e reciclagem dos espaços do parque. Em 2008 o Parque Lago Azul, com uma área de 128.500 m², foi municipalizado. O lago recebeu tratamento em suas águas. A Sanepar solicitou, ao Ministério das Cidades, investimentos para a regularização do esgoto despejado no rio Ponta Grossa; e o parque recebeu um investimento de R\$ 3,4 milhões de reais para a implantação de nova infra-estrutura e reforma da antiga estrutura do espaço para o lazer (FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA, 2008 ; MICHELLE, 2009).

A área de várzea é protegida sob a Lei Federal 7803/89 e a Lei Municipal 7833/91. Sua característica original é mantida para a conservação das espécies nativas da flora e para abrigo e alimento da fauna local, que estão sendo monitoradas pelo programa Biocidade.

Entre os seus novos equipamentos estão as canchas de esportes, espelhos d'água, recantos destinados às brincadeiras infantis, oito churrasqueiras de uso livre e sanitários. A praça d'água é uma atração diferenciada e especial para as crianças: consiste em uma área de piso em cimento bruto, antiderrapante, coberto com uma lâmina de água rasa. Entre as canchas esportivas, uma é um campo de futebol suíço; as outras são canchas de areia, para futebol ou vôleibol. Dentro do

bosque, há uma trilha que leva até o mirante de madeira no ponto mais alto do parque, oferecendo uma vista geral do lago.



Fig. 3.13 – Lago Azul.

(FONTE: A AUTORA, 2010).

Infelizmente, apesar de ter sido inaugurado somente a dois anos, o parque está com sinais de falta de manutenção. O mirante e o deck estão parcialmente interditados por problemas em seu piso; e o rio apresenta um cheiro característico, com sinais de poluição (Fig. 3.14).



Fig. 3.14 – Deck parcialmente interditado.

(FONTE: A AUTORA, 2010)

Pode-se enquadrar o local como parque de linha contemporânea pela classificação de Macedo e Sakata (2003), pela identificação de características como: o programa funcional de caráter predominante ativo, com a disponibilidade de diversos equipamentos esportivos; e como a tendência clara de preservação do ecossistema natural do parque. Sua sinalização reforça a conscientização ecológica, sendo o lago é o elemento mais importante na construção do espaço; o protagonista do Parque Lago Azul (Fig. 3.15 a 3.20).



Fig. 3.15 – Quadra suíça de futebol
(FONTE: A AUTORA, 2010).



Fig. 3.16 – Planta localização dos equipamentos

(FONTE: A AUTORA, 2010).

01 – Praça	11 – Pomar	21 – Mirante
02 – Portal	12 – Cancha de Vôlei	22 – Trápiche
03 – Ponte	13 – Cancha de futebol	23 – Lago
04 – Estacionamento	14 – Parquinho Orgânico	24 – Deck
05 – Estacionamento	15 – Parquinho de troncos	25 – Praça
ônibus	16 – Churrasqueira	26 – Vertedouro
06 – Ginástica	17 – Bosque	27 – Praça D'Água
07 – Córrego	18 – Via Inteira	28 – Deck das Palmeiras
08 – Pista de Caminhada	19 – Bistrô	29 – Moinho/ Roda D'Água
09 – Campo de futebol	20 – Quiosque	30 – Guarda Municipal
10 – Sanitários		31 – Deck Acesso
		32 – Bicicletário



Fig. 3.17 – Caminho que leva para as churrasqueiras
(FONTE: A AUTORA, 2010).



Fig. 3.18 – Playground
(FONTE: A AUTORA, 2010).



Fig. 3.19 – Praça D'água
(FONTE: A AUTORA, 2010).



Fig. 3.20 – Churrasqueiras
(FONTE: A AUTORA, 2010).

3.4. CONCLUSÃO

Para uma melhor visualização e análise dos casos correlatos usou-se o método comparativo em quadro, elencando questões relevantes para um efetivo uso da comunidade vizinha a eles, da dimensão social da sustentabilidade; e uma real preocupação com o meio natural, da dimensão ambiental da sustentabilidade. O método, do mesmo modo, visa apontar pontos significativos dos casos analisados para auxiliar na definição de diretrizes e soluções projetuais.

Nome	PARQUE TEZOZOMOC	PARQUE DO CARMO	PARQUE LAGO AZUL
Local	Azcapotzalco, México	São Paulo, SP	Curitiba, PR
Área	28 HECTARES	150 HECTARES	12,85 HECTARES
Data de Implantação	1982	1976	2008
Autor	Arquiteto Paisagista Mario Schjetnan (GDU)	Arquiteto Luiz Felipe Castro Santos e Jafet Henrique de Carvalho	Secretária Municipal do Meio Ambiente Criado pelo programa Biocidade
Objetivo de criação	- regeneração urbana - melhora da qualidade de vida - carência de espaços abertos e comunitários	- aumentar área verde por habitante - necessidade de ofertar equipamentos e áreas de lazer a população - efetiva proteção da área verde já declarada como APA	- combater as perdas da biodiversidade no ambiente urbano - conservação da natureza e área de várzea local - resgatar, manter e valorizar a flora nativa
Equipamentos de Animação e Apoio	Teatro ao ar livre, praças, lanchonetes, cafeterias, sanitários e vigilância	Espaço para shows ao ar livre com palco, Churrasqueiras, mesa para piquenique, quiosques, lanchonetes, restaurantes, anfiteatro, bica, sanitários.	Estacionamento, Sanitário, Churrasqueira, Bistrô, Quiosque, Guarda Municipal, Bicicletário, Praça d'água.
Equipamentos Esportivos	Canchas de basquetebol, voleibol e tênis, Área de ginástica ao ar livre, pista de patinação, playground, ciclovia, pista de corrida	Quadras esportivas, Campos de futebol, Playground com 120 balanços.	Área de ginástica, Pista de Caminhada, Campo suíço de futebol, Cancha de vôlei e futebol, Parquinho Orgânico, Parquinho de troncos.

Nome	PARQUE TEZOZOMOC	PARQUE DO CARMO	PARQUE LAGO AZUL
Equipamentos Culturais e Sócio-Educativos	Viveiro para reflorestamento da zona de Azcapotzalco	Bosques de mata nativa, ilha dos macacos, viveiro de muda, museu de ecologia ao ar livre, estufa, Área de proteção ambiental	Pomar, Bosque, Área de preservação de várzea
População Adjacente	Compõe-se de famílias de operários de recursos econômicos limitados, de bairro industrial bastante denso	Compõe-se por população de média-baixa e baixa renda, de bairro residencial bastante denso	Próximo ao 3º bairro mais populoso de Curitiba, de Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS), famílias de classe média-baixa e baixa
Aspectos Físicos Ambientais/ Recursos Naturais	- Implantação da Flora nativa pré-hispânica - Criação de lago que remete o desenho do antigo Vale do México.	- Presença de nascentes - Formação de um lago na nascente do rio Verde - Bosque de mata remanescentes - Área de reflorestamento de eucaliptos - Área de Proteção Ambiental	- Existência de um lago artificial ao longo do rio Ponta Grossa. - Área de várzea protegida sob Lei Federal 7803/89 e Lei Municipal 7833/91.
Participação/ Resgate da Identidade/ Cidadania	- Resgate da antiga topografia do espaço e o corpo d'água do vale do México - Resgate da flora nativa pré-hispânica - Símbolo da memória histórica da lenda asteca	- Com preocupação na educação ambiental apresenta o museu de ecologia ao ar livre, estufa e viveiro de mudas.	- Resgatar, manter e valorizar a flora nativa e pesquisar novas espécies de plantas regionais. - Resgate da memória da criação do parque.

QUADRO 4.1 - ÁREA DE LAZER, POR TIPO, EM CURITIBA - 2007

FONTE: A Autora, 2010.

Dentro dos objetivos de criação, percebe-se uma preocupação com o meio natural, podendo ser com a preservação do ecossistema remanescente, com a recriação do meio natural e resgate das vegetações nativas, e com isso trazendo a fauna nativa para o meio novamente; e com o combate da perda da biodiversidade.

Pode-se dizer que os parques no sentido de recuperação e preservação do meio ambiente natural cumprem seu papel.

Como espaços para o lazer ativo e passivo, os parques mostram-se bem equipados, com variedade de equipamentos de apoio e animação, esportivos, e culturais e sócio-educativo, apesar de o parque Lago Azul apresentar sinais de descuido, como seus decks parcialmente interditados.

Como um ponto importante na escolha dos correlatos, a proximidade dos parques a comunidades populares comprova que há um uso efetivo por parte delas; e entende-se que o que torna isto real é a variedade de equipamentos. Isso acontece com maior expressividade no Parque do Carmo, que apresenta uma grande variedade e quantidade de equipamentos de lazer ativo e passivo, além da manutenção dos espaços. A identidade que cada parque traz para a comunidade na forma e apresentação de seus equipamentos, além do tratamento paisagístico de cada um deles, com o resgate da memória histórica, no caso do parque Tezozomoc e parque Lago Azul, são também pontos a serem destacados.

4. INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE

4.1. PARQUES DE CURITIBA E RELAÇÃO COM AS CLASSES POPULARES

A Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), por intermédio da Lei nº 9.804, de 03 de janeiro de 2000, criou o Sistema de Unidades de Conservação, classificando as áreas verdes do Município em nove tipos distintos, sendo eles: Áreas de Proteção Ambiental (APA), Parques de Conservação, Parques Lineares, Parques de Lazer, Reservas Biológicas, Bosques Nativos Relevantes, Bosques de Conservação, Bosques de Lazer e específicas.

As Unidades de Conservação são de acordo com a lei nº 9.804 (PMC, 2000), Art. nº 3:

áreas no Município de propriedade pública ou privada, com características naturais de relevante valor ambiental ou destinadas ao uso público, legalmente instituídas, com objetivos e limites definidos, sob condições especiais de administração e uso, as quais aplicam-se garantias de conservação, proteção ou utilização pública.

I - ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA): são áreas de propriedade pública ou privada, sobre as quais se impõem restrições às atividades ou uso da terra, visando a proteção de corpos d'água, vegetação ou qualquer outro bem de valor ambiental definido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA);

II - PARQUES DE CONSERVAÇÃO: são áreas de propriedade do Município destinadas à proteção dos recursos naturais existentes, que possuam uma área mínima de 10 ha (dez hectares) e que se destinem à manutenção da qualidade de vida e proteção do interesse comum de todos os habitantes;

III - PARQUES LINEARES: são áreas de propriedade pública ou privada, ao longo dos corpos d'água, em toda a sua extensão ou não, que visam garantir a qualidade ambiental dos fundos de vale, podendo conter outras Unidades de Conservação dentro de sua área de abrangência;

IV - PARQUES DE LAZER: são áreas de propriedade do Município, que possuam uma área mínima de 10 ha (dez hectares) e que se destinem ao lazer da população, comportando equipamentos para a recreação, e com características naturais de interesse à proteção;

V - RESERVAS BIOLÓGICAS: são áreas de propriedade pública ou privada, que possuam características representativas do ambiente natural do Município, com dimensão variável e que se destinem à preservação e à pesquisa científica;

VI - BOSQUES NATIVOS RELEVANTES: são os bosques de mata nativa representativos da flora do Município de Curitiba, em áreas de propriedade particular, que visem a preservação de águas existentes, do habitat da fauna, da estabilidade dos solos, da proteção paisagística e manutenção da distribuição equilibrada dos maciços vegetais, onde o Município impõe restrições à ocupação do solo;

VII - BOSQUES DE CONSERVAÇÃO: são áreas de propriedade do Município, destinadas à proteção dos recursos naturais existentes, que possuam área menor que 10 ha (dez hectares), e que se destinem à manutenção da qualidade de vida e proteção do interesse comum de todos os habitantes;

VIII - BOSQUES DE LAZER: são áreas de propriedade do Município com área inferior a 10(dez hectares), destinadas à proteção de recursos naturais com predominância de uso público ou lazer;

IX - ESPECÍFICAS: são unidades de conservação criadas para fins e objetivos específicos, tais como: Jardim Botânico, Pomar Público, Jardim Zoológico e Nascentes.

O caso do Parque Iguaçu, segundo Andrade (2001), enquadra-se como Área de Proteção Ambiental (APA), já que se trata de um parque de lazer, como parque de manutenção ou unidade específica em função do zoológico e dos pomares. Contudo, o enfoque deste capítulo são todos os parques e bosques que oferecem algum tipo de lazer para a comunidade. Contabiliza-se atualmente, segundo o *site* do IPPUC, a existência de 19 parques urbanos em Curitiba e 13 Bosques. De acordo com Andrade (2009), os parques e bosques são responsáveis por 83% da área de unidades de conservação de Curitiba, contando com uma área de 19.378,285 m², dado que pode ser analisado a partir do QUADRO 4.1.

Quantidade (und)	Tipologia	Área (m ²)
19	Parques	18.707.232
15	Bosques Públicos	671.053
447	Praças	2.739.970
430	Jardinetes	458.423
57	Largos	70.470
31	Núcleos ambientais	13.297
14	Eixos de animação	453.873
3	Jardins Ambientais	39.191
2	Centros esportivos	64.100
982	TOTAL GERAL	23.396,955

QUADRO 4.1 - ÁREA DE LAZER, POR TIPO, EM CURITIBA - 2007

FONTE: Agência Curitiba de Desenvolvimento S.A./Informações Socioeconômicas (2007, Adaptado).

Os parques e bosques públicos de Curitiba, como já analisado no capítulo 2, têm uma caracterização própria de preservação de áreas verdes ao redor do núcleo urbano. A sua criação era prevista para, além do lazer, a conservação de espécies vegetais de grande porte, e evitar ao máximo o retalhamento do território em loteamentos em áreas de mananciais. Nesse sentido, as favelas deveriam ser evitadas (MENEZES, 1996).

A partir do Fig. 4.1, pode-se verificar a efetividade da relação dos parques e bosques com áreas ambientalmente frágeis, como mananciais e trechos ao longo de rios, que já são protegidos por leis específicas. Pode-se observar que na época de sua implantação, havia primordialmente objetivos de promover o saneamento; proteger o leito dos rios existentes, e suas respectivas bacias hidrográficas; e ainda evitar as ocupações irregulares (RIBEIRO, 2005).

O QUADRO 4.2 e 4.3 demonstra tal fato a partir da relação parques, bosques e hidrografia:

Parques	Área m ²	Rio	Localização (Bairro)
01 - Passeio Público	69.285	Rio Belém	Centro
02 - Parque Barreirinha	275.380	Aflu. Rio Bacacheri	Barreirinha
03 - Parque São Lourenço	203.918	Rio Belém	São Lourenço
04 - Parque Barigui	1.400.000	Rio Barigui	Mercês
05 - Parque Iguaçu	8.264.316	Rio Iguaçu	Ubereba/ Boqueirão
06 - Parque Iberê de Mattos	152.000	Rio Bacacheri	Bacacheri
07 - Parque das Pedreiras	103.500	-	Abranches
08 - Parque Passaúna	6.500.000	Rio Passaúna	Augusta
09 - Jardim Botânico	278.000	-	Jardim Botânico
10 - Parque dos Tropeiros	173.474	Aflu. Rio Barigui	São Miguel
11 - Parque Caiuá	46.000	Aflu. Rio Barigui	CIC
12 - Parque Diadema	112.000	Aflu. Rio Barigui	CIC
13 - Parque Tingui	380.000	Rio Barigui	São João
14 - Parque Tanguá	235.000	Rib. Antônio Rosa	Pilarzinho/ Taboão
15 - Parque Nascente do Rio Belém	11.178	Rio Belém	Cachoeira
16 - Parque Linear do Cajuru	104.000	Rio Atuba	Cajuru
17 - Parque Atuba	173.265	Rio Atuba	Atuba
18 - Parque Cambuí	99.301	Rio Barigui	Fazendinha
19 - Parque Lago Azul	126.615	Aflu. Rio Iguaçu	Umbará

QUADRO 4.2 - PARQUES E HIDROGRAFIA

FONTE: Andrade (2001); Adaptado.

Bosques	Área m²	Rio	Localização (Bairro)
01 - Bosque Martin Lutero	11.682	-	Boa Vista
02 - Bosque João Paulo II	48.000	Rio Belém	Centro Cívico
03 - Bosque Capão da Imbuia	42.417	Aflu. Rio Bacacheri	Capão da Imbuia
04 - Bosque Gutierrez	35.586	Aflu. Rio Belém	Vista Alegre
05 - Bosque Reinhard Maack	78.000	Aflu. Rio Belém	Hauer
06 - Bosque do Pilarzinho	28.146	Aflu. Rio Belém	Pilarzinho
07 - Bosque Zaninelli - Unilivre	36.794	Aflu. Rio Belém	Pilarzinho
08 - Bosque de Portugal	20.850	Rio Tarumã	Jardim Social
09 - Bosque da Fazendinha	72.851	-	Fazendinha
10 - Bosque Alemão	40.000	Aflu. Rio Belém	Vista Alegre
11 – Bosque Italiano	23.540	Rio Ivu	Santa Felicidade
12 - Bosque do Trabalhador	192.015	Aflu. Rio Barigui	CIC
13 - Bosque São Nicolau	20.520	Aflu. Rio Barigui	CIC
14 – Bosque dos 300 anos	1.508	-	Sítio Cercado
15 – Bosque Irmã Clementina	19.144	Rio Bacacheri	Bairro Alto

QUADRO 4.3 - BOSQUES E HIDROGRAFIA

FONTE: Andrade (2001); Adaptado.

Parques e Bosques por Bairro em Curitiba - 2008

BAIRROS

- 01-CENTRO
- 02-SÃO FRANCISCO
- 03-CENTRO CIVIL
- 04-ALTO DA GLÓRIA
- 05-ALTO DA RUA XV
- 06-CRISTO REI
- 07-JARDIM BOTÂNICO
- 08-REBOUÇAS
- 09-ÁGUA VERDE
- 10-SATEL
- 11-BORRILHO
- 12-MERCÊS
- 13-90M RETIRO
- 14-AHÚ
- 15-JUVENÉ
- 16-CABRAL
- 17-HUGO LANGE
- 18-JARDIM SOCIAL
- 19-TARUMÁ
- 20-CAPÃO DA IMBUÍTA
- 21-CAJURU
- 22-JARDIM DAS AMÉRICAS
- 23-GUARITUBA
- 24-PRADO VELHO
- 25-PAROLIN
- 26-GUAÍRA
- 27-PORTÃO
- 28-VILA ZABEL
- 29-SEMINÁRIO
- 30-CAMPINA DO SIQUEIRA
- 31-VISTALEGRE
- 32-PIRZINHO
- 33-SÃO LOURENÇO
- 34-BOA VISTA
- 35-BACACHER
- 36-BAIRRO ALTO
- 37-UBERABA
- 38-HAUER
- 39-FANNY
- 40-INDOLÁ
- 41-NOVO MUNDO
- 42-FAZENDINHA
- 43-SANTA QUITERIA
- 44-CAMPO COMPRIDO
- 45-MOSSUNGUÉ
- 46-SANTO INÁCIO
- 47-CASCATINHA
- 48-SÃO JOÃO
- 49-TABOÃO
- 50-ABRANCHES
- 51-CACHOEIRA
- 52-BARRERINHA
- 53-SANTA CÂNDIDA
- 54-TINGUI
- 55-ATUBA
- 56-BOQUEIRÃO
- 57-XAXIM
- 58-CAPÃO RASO
- 59-ORLEANS
- 60-SÃO BRAZ
- 61-SUTIAUVINHA
- 62-AMENHA PEQUENA
- 63-SANTA FELICIDADE
- 64-ALTO BOQUEIRÃO
- 65-SÍTIO CERCADO
- 66-PINHEIRINHO
- 67-SÃO MIGUEL
- 68-AUGUSTA
- 69-IVERA
- 70-CAXIMBA
- 71-CAMPO DE SANTANA
- 72-SANCHINHO
- 73-UMBARÁ
- 74-TATUQUARA
- 75-CIDADE INDUSTRIAL

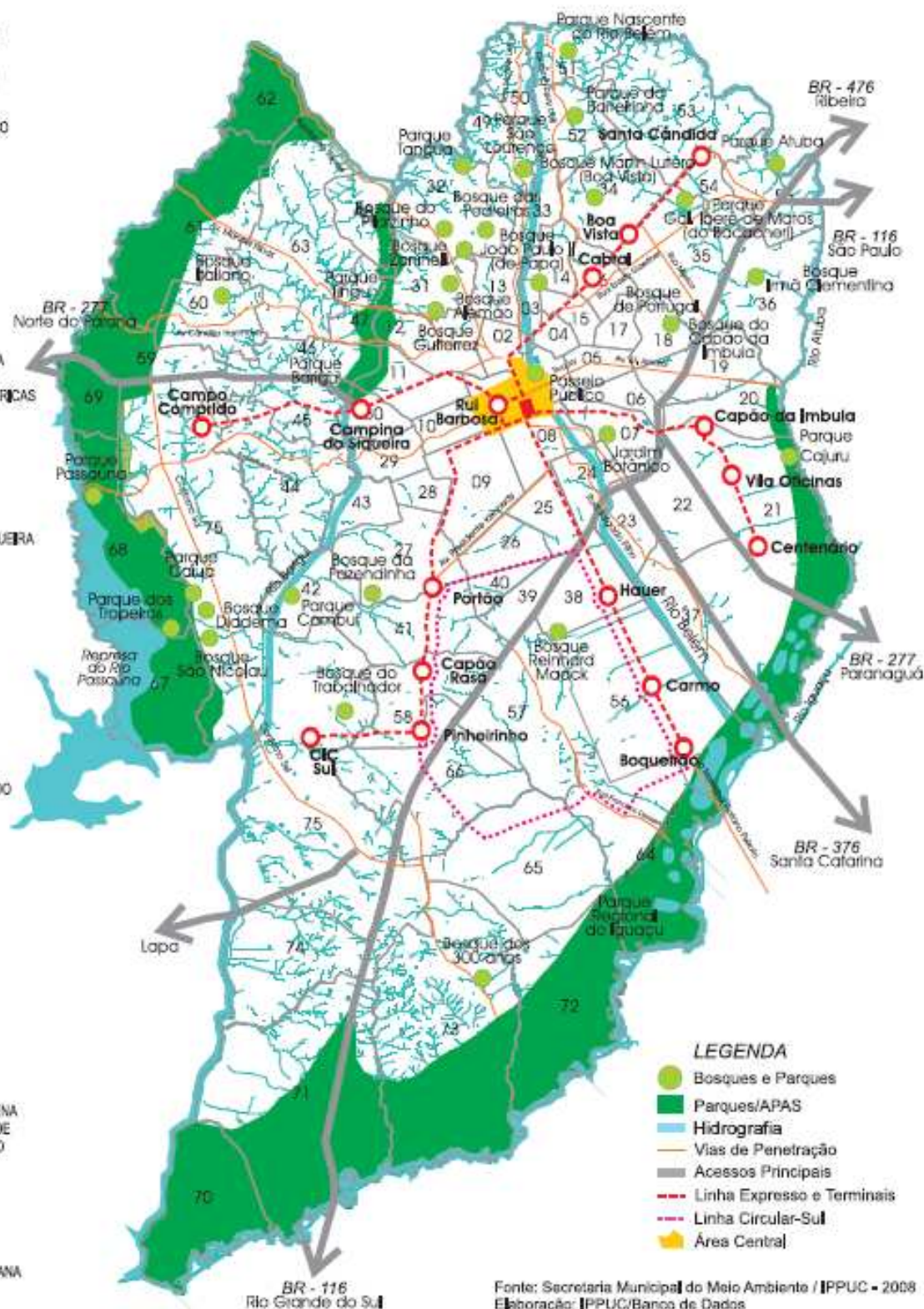


Fig. 4.1 – Parques e Bosques por bairro em Curitiba – 2008

(FONTE: IPPUC, 2010).

Os números exemplares de espaços de lazer em Curitiba podem ser considerados altos para os padrões internacionais em termos de área verde por habitante. Porém, percebe-se que estas áreas estão concentradas na região Norte. (RIBEIRO, 2005). De acordo com Andrade (2001), e com base nos dados do *site* do IPPUC (2010), verifica-se que os bairros com maiores índices de habitante por hectares se encontram na porção sul, que possui uma densidade média de 43,52 hab/ha contra 35,88 hab/ha da porção norte. A porção sul da cidade, também tem a característica de concentrar as classes de renda mais baixa. (QUADRO 4.4).

Os parques e bosques da porção norte são munidos de equipamentos muito mais vultuosos que os parques do sul, que apresentam de mais significativo canchas esportivas e churrasqueiras, em contra posição aos memoriais encontrado nos bosques e parques da porção norte (ANDRADE, 2001).

Com estas medidas, de priorizar a implantação de áreas verdes públicas em bairros da porção norte da cidade, de incentivar o turismo apenas nessas unidades e de vincular parques e bosques da porção norte com a cultura dos imigrantes europeus que vieram para Curitiba, a prefeitura municipal reforça os processos de segregação sócio-espacial e os preconceitos em relação aos moradores do sul (ANDRADE, 2001, p. 87).

As unidades de parques e bosques existentes na porção sul ainda possuem má distribuição espacial, caso dos Parques Caiuá, Diadema, dos Tropeiros e Passaúna, que concentra a segunda maior área verde de Curitiba, e o Bosque São Nicolau, que estão contíguos, separados somente pelo sistema viário, e o Parque do Iguaçu, que concentra a maior área verde de Curitiba (Fig. 4.1).

Parques/ Bosques	Área m²	Implantação	Localização Porção norte (N) ou sul (S)	Renda média da Pop. do bairro - 2007	Densidade Populacional - 2007
01 - Passeio Público	69.285	02/05/1886	N	2.589	100,97
02 - Parque Barreirinha	275.380	25/5/1905	N	1.087	51,22
03 - Parque São Lourenço	203.918	25/5/1905	N	2.071	33,83
04 - Parque Barigui	1.400.000	25/5/1905	N	2.589	43,32
05 - Parque Iberê de Mattos	152.000	5/11/1988	N	2.589	36,51
06 - Parque das Pedreiras	103.500	30/10/1990	N	0.863	29,24
07 - Parque Tingui	380.000	1/10/1994	N	2.013	13,7
08 - Parque Tanguá	235.000	23/11/1996	N	1.939/1.444	43,26/23,48
09 - Parque Nascente do Rio Belem	11.178	24/11/2001	N	0.777	29
10 - Parque Atuba	173.265	28/3/2004	N	2.084	63,24
11 - Bosque Boa Vista	11.682	27/5/1905	N	1.553	62,79
12 - Bosque João Paulo II	48.000	5/7/1980	N	3.452	51,04
13 - Bosque Gutierrez	35.586	11/9/1986	N	3.590	31,58
14 - Bosque do Pilarzinho	28.146	13/6/1905	N	1.939	43,26
15 - Bosque Zaninelli	36.794	15/6/1992	N	1.939	43,26
16 - Bosque de Portugal	20.850	19/3/1994	N	7.951	32,43
17 - Bosque Alemão	40.000	13/4/1996	N	3.590	31,58
18 - Bosque Italiano	23.540	1996	N	2.269	22,92
19 - Bosque Irmã Clementina	19.144	2008	N	1.036	66,3
Total	3.267.268			2.242	41,87
01 - Parque Iguaçu	*8.264,316	31/5/1905	S	898/1.208	50,26/49,68
02 - Parque Passaúna	*6.500,000	10/3/1991	S	0.690	5,18
03 - Jardim Botânico	278.000	5/10/1991	S	3.255	23,48
04 - Parque dos Tropeiros	173.474	25/9/1994	S	0.570	8,92
05 - Parque Caiuá	46.000	25/9/1994	S	0.846	42,66
06 - Parque Diadema	112.000	25/9/1994	S	0.846	42,66
07 - Parque Linear do Cajuru	104.000	29/3/2003	S	0.863	85,19
08 - Parque Cambuí	99.301	2008	S	1.036	78,53
09 - Parque Lago Azul	126.615	2008	S	0.777	7,55
10 - Bosque Capão da Imbuia	42.417	3/6/1905	S	1.295	73,75
11 - Bosque Reinhard Maack	78.000	4/11/1989	S	1.381	39,02
12 - Bosque da Fazendinha	72.851	9/12/1995	S	1.036	78,53
13 - Bosque do Trabalhador	192.015	11/9/1996	S	0.846	42,66
14 - Bosque São Nicolau	20.520	14/6/2000	S	0.846	42,66
15 - Bosque dos 300 anos	1.508	1993	S	0.799	103,32
Total	1.346.701			605	47,83

* Excluindo-se os parques do Passaúna e do Iguaçu que se inserem dentro de Áreas de Proteção Ambiental de mesmo nome.

QUADRO 4.4 - PARQUES, BOSQUES E RELAÇÃO RENDA E DEMOGRAFIA DO BAIRRO

FONTE: IPPUC; Adaptado (2010).

Através da análise do QUADRO 4.4, pode-se identificar os parques que estão em local de proximidade com a classe popular. Entende-se por classe popular aquela que tem uma renda familiar igual ou menor a três salários-mínimos, segundo o Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico – IBGE, sendo eles: Parque do Barreirinha, Parque Iguaçu, Parque das Pedreiras, Parque Passaúna, Parque dos Tropeiros, Parque Caiuá, Parque Diadema, Parque Nascente do Rio Belém, Parque Linear do Cajuru, Parque Cambuí, Parque Lago Azul, Bosque Capão da Imbuia, Bosque Reinhard Maack, Bosque da Fazendinha, Bosque do Trabalhador, Bosque São Nicolau, Bosque dos 300 anos e Bosque Irmã Clementina. Nota-se também que dos 18 parques e bosques acima listados somente quatro deles estão na porção norte de Curitiba. Percebe-se também, que os parques supra-listados encontram-se em bairros com índice de densidade demográfica mais elevado em comparação ao outros bairros de Curitiba.

Para Andrade (2001), a proposição do *city marketing* em Curitiba, aparece com evidencia quando levado em conta a promoção turística feita pelos meios de comunicações e pela própria Prefeitura da cidade, que parece fazer discriminação quanto a parques e bosques da região sul através da Linha Turismo, que dos seus 25 pontos turísticos, 11 são em parques e todos situados na região centro-norte da cidade.

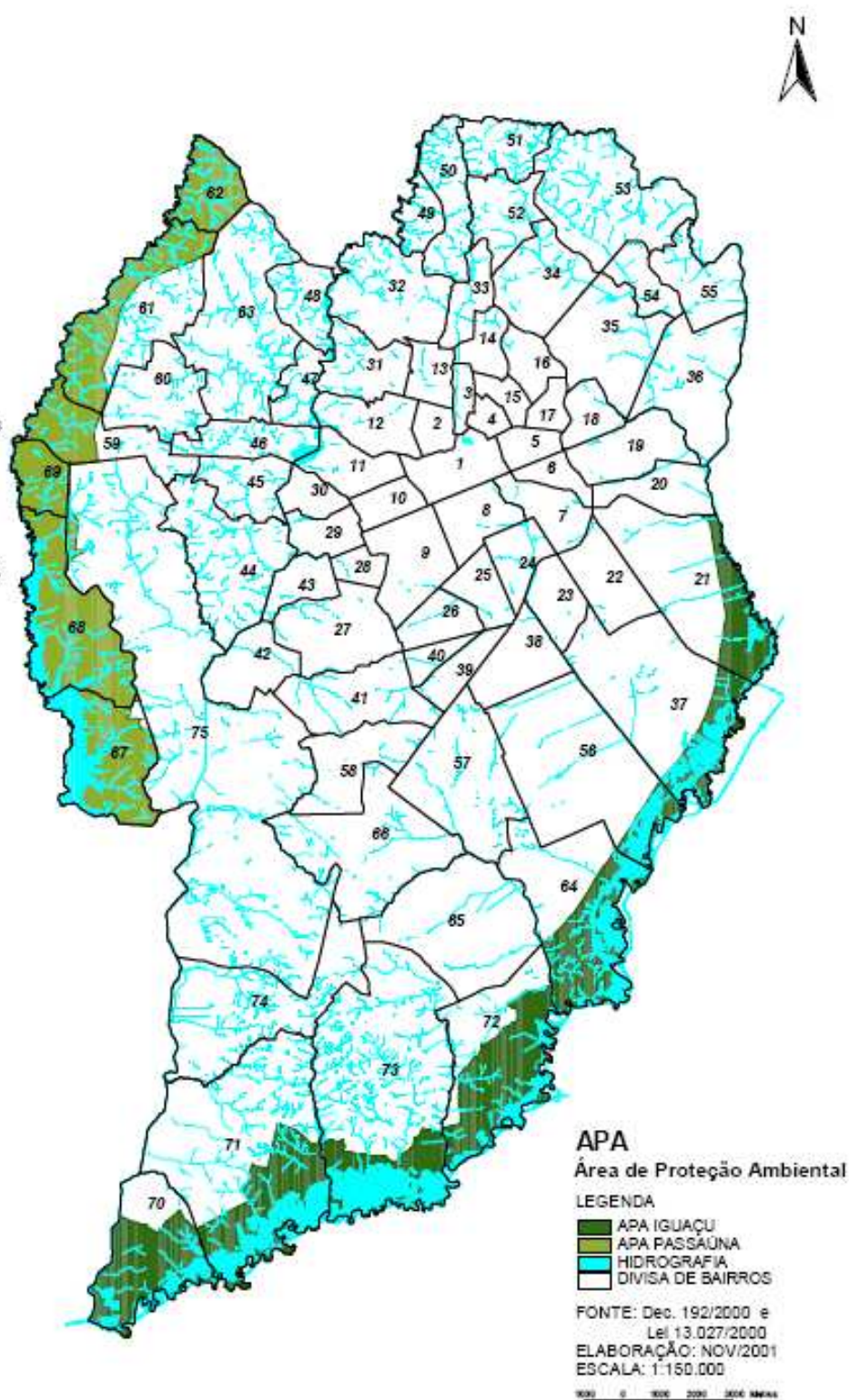
Decorrente dessas análises feitas nesse capítulo e estudos anteriores da relação do individuo e meio ambiente, da cidade sustentável, do conhecimento do que é o lazer e o parque em si; e de estudos de correlatos, viu-se como necessária uma melhor qualificação do parque urbano na região sul de Curitiba, sendo escolhido pela autora o Parque Iguaçu, pela sua importância como área recreativa e preservação ambiental. Ele é apto a atender a população diretamente próxima ao parque de uma forma coesa à realidade vivida por aquela, sem fazer discriminação. Também procurando respeitar as condições desse espaço ambientalmente frágil, buscou-se entender o espaço natural e os efeitos antrópicos ocasionados sobre ele.

4.2. PARQUE IGUAÇU: UM BREVE HISTÓRICO E SUAS DELIMITAÇÕES

O Parque Iguaçu situa-se bem ao sul de Curitiba e, segundo o IPPUC (1992) é o maior parque urbano do país. Porém Andrade (2009), contesta esse título, citando outros parques no Brasil de maior área: o Parque Iguaçu equivale em área ao Parque Anhangüera em São Paulo SP, com 8.997.350 m². Contado com uma área de 8.264.316 m², o parque foi oficialmente estabelecido a partir de 1976, com o objetivo de preservar as faixas de terra sujeitas à inundação nas margens do rio Iguaçu. As justificativas de sua implantação foram de caráter sanitário, ambiental e territorial como a tentativa de evitar a conurbação entre Curitiba e São José dos Pinhais. Em 28 de março de 1982, foi aberto o zoológico com transferência definitiva dos animais que estavam no Passeio Público. Em 1991, foi decretado como Área de Proteção Ambiental do Iguaçu, pelo Decreto Municipal nº 410, sendo mais tarde esse decreto substituído pelo Decreto nº 192 de 2000 (Fig. 4.2).

BAIRROS

01-CENTRO
 02-SÃO FRANCISCO
 03-CENTRO CÍVICO
 04-ALTO DA GLÓRIA
 05-ALTO DA RUA XV
 06-CRISTO REI
 07-JARDIM BOTÂNICO
 08-REBOÇAS
 09-ÁGUA VERDE
 10-BATEL
 11-SIGORRILHO
 12-MERCÊS
 13-BOM RETIRO
 14-AHÚ
 15-JUVEVÊ
 16-CABRAL
 17-HUGO LANGE
 18-JARDIM SOCIAL
 19-TARUMÃ
 20-CAPÃO DA IMBUIA
 21-CAJURU
 22-JARDIM DAS AMÉRICAS
 23-GUABIROTUBA
 24-PRADO VELHO
 25-PAROLIN
 26-GUAIRA
 27-PORTÃO
 28-VILA ISABEL
 29-SEMINÁRIO
 30-CAMPINA DO SIQUEIRA
 31-VISTA ALEGRE
 32-PILARZINHO
 33-SÃO LOURENÇO
 34-BOA VISTA
 35-SACACHERI
 36-BAIRO ALTO
 37-UBERABA
 38-HAUER
 39-FANNY
 40-LINDÓIA
 41-NOVO MUNDO
 42-FAZENDINHA
 43-SANTA QUITERIA
 44-CAMPO COMPRIDO
 45-MOSSUNGUÊ
 46-SANTO INÁCIO
 47-CASCATINHA
 48-SÃO JOÃO
 49-TABOÃO
 50-ABRANCHES
 51-CACHOEIRA
 52-BARREIRINHA
 53-SANTA CÂNDIDA
 54-TINGOI
 55-ATUBA
 56-BOQUEIRÃO
 57-XAXIM
 58-CAPÃO RASO
 59-ORLEANS
 60-SÃO BRAZ
 61-BUTIATUVINHA
 62-LAMENHA PEQUENA
 63-SANTA FELICIDADE
 64-ALTO BOQUEIRÃO
 65-SÍTIO CERCADO
 66-PINHEIRINHO
 67-SÃO MIGUEL
 68-AUGUSTA
 69-RIVIERA
 70-CAXIMBA
 71-CAMPO DE SANTANA
 72-GANCHINHO
 73-UMBARÁ
 74-TATUQUARA
 75-CIDADE INDUSTRIAL



IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA

SUPERVISÃO DE INFORMAÇÕES

Rua Bom Jesus, 580 - Cabral - Curitiba - Paraná - Brasil - CEP 80.035-010 - Fone: (51 41) 3250-1454 - Fax: (51 41) 3254-0861 - E-mail: geo@ippuc.org.br

SETOR DE GEOPROCESSAMENTO

01

Fig. 4.2 – Áreas de Proteção Ambiental (APAs)
 (FONTE: IPPUC, 2010).

O baixo valor das terras da planície do Iguaçu, de acordo com Andrade (2009), resultado da falta de infra-estrutura, riscos de inundação e distancia do centro de Curitiba, propiciou o surgimento de loteamentos populares, regulares ou não, que comportavam o fluxo migratório que a capital vinha recebendo nas décadas de 1960 a 1980. Boa parte da área prevista para o Parque Iguaçu, em Pinhais, acabou sendo ocupada por loteamentos clandestinos. A criação do Parque tinha como objetivo também o aumento da área verde per capita em Curitiba, visto que em 1964 havia uma grande carência nesse sentido, com apenas 0,7 m². Durante a implantação do Iguaçu, a imprensa da época referia-se a ele como o “Pulmão Verde de Curitiba”.

A lei de zoneamento de 1975 instituiu os Setores Especiais de Preservação de Fundo de Vale, ficando dentre eles a área marginal ao rio Iguaçu a sudeste da cidade. Em 1976, começou a ser implantado o Parque Regional do Iguaçu, cuja criação foi motivada, de acordo com Andrade (2001), pelo fato das regiões sul e sudeste começar em apresentar um elevado índice de crescimento, principalmente por serem periféricas e localizadas em planícies alagáveis de baixo valor imobiliário. Deste modo, mais acessíveis à população de baixa renda, necessitando-se impedir a expansão urbana sobre a área.

A implantação do parque deveria ser empreendida tendo em vista a ampliação das possibilidades de lazer da população curitibana e metropolitana. No volume “Parque Regional do Iguaçu. Parque Zoológico Aberto; Projeto Executivo” o IPPUC (1977) considera como principal motivação para a implantação do parque a necessidade de desenvolver à população o privilegio de conviver com o ambiente natural. O Parque Zoológico aberto seria o principal objeto de projeto nesse volume, e ele compreendendo 28 hectares, e distante do centro de Curitiba 15 Km (Fig. 4.3).

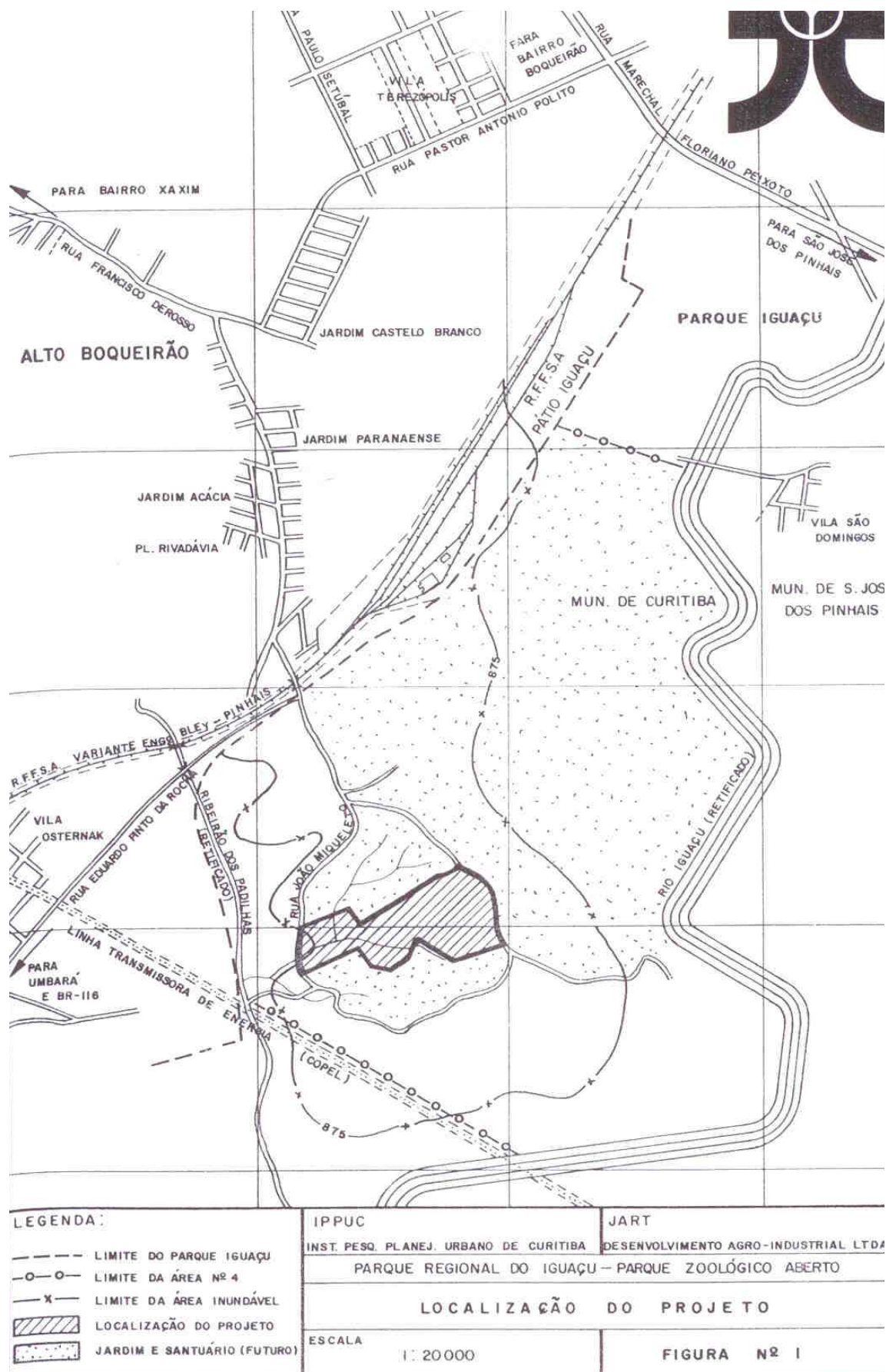


Fig. 4.3 – Área do Projeto para o Zoológico
(FONTE: JART, 1977).

O IPPUC considerava o Parque Iguaçu um espaço inespecífico, isto é, aberto a usuários de todos os tipos, entendendo então que

O desejável, no caso do Parque Iguaçu, será estabelecer uma política mista de ocupação, considerando seu caráter de espaço de lazer de massa de fim-de-semana, de pessoas de todos os níveis sócio-econômico-culturais e de todas as faixas de idade. Nesse sentido seu espaço deve ser planejado de forma a oferecer a devida mescla de lazer passivo e ativo, assegurando o equilíbrio entre o esforço e o repouso (IPPUC/SERETE, 1973, p. 26).

Portanto, o Plano Diretor do Parque do Iguaçu seguiu a configuração de zonas de uso, sendo criadas seis zonas explicadas sucintamente na TABELA 4.1, e ilustradas na Fig. 4.4.



Fig. 4.4 – Zoneamento de uso
(FONTE: JART, 1977)

TABELA 4.1 - PLANO DIRETOR DO PARQUE IGUAÇU – ZONEAMENTO DE USO

Zona	Área Total (H)	Área permitida para invest. Privados		Usos	Equipamentos previstos	
		Área	% sobre área total		Construídos pela administração do Parque	Construídos por particulares
1	450,0	180,0	40,0	Turismo Esportivo Recreacional	Conjuntos esportivos – tipo, lagos, áreas de bosques, serviços de infra-estrutura, áreas de amenização	Hotel, centro de convenções, pavilhão de exposições, centro de vendas, camping, albergue da juventude, parque-tema, equipamentos de animação (restaurantes, bares) – posto de gasolina, quiosques.
2	240,0	4,8	2,0	Esportivo Recreacional Alojamento para estudantes	Conjunto olímpico, conjuntos esportivos – tipo, playgrounds, áreas de bosque, alojamentos, serviços de infra-estrutura, estacionamentos, aeromodelismo, equipamentos de animação, ciclismo.	Equipamentos de animação (bares, cafeterias, restaurantes).
3	300,0	30,0	10,0	Turismo Esportivo Recreacional	Conjuntos esportivos – tipo, áreas de pic-nic, áreas de bosque, áreas de amenização, equipamentos de animação sede da administração do Parque, escolas-parque, creches, serviços de infra-estrutura.	Motel, restaurante, quiosques, posto de gasolina, bar, lanchonete.
4	100	2,0	2,0	Cultural Esportivo Recreacional	Conjunto cultural, áreas de amenização, áreas do bosque, conjuntos esportivos – tipo, equipamentos de animação, áreas de Pic-nic, serviços de infra-estrutura.	Equipamentos de animação (restaurantes, cafeterias, quiosques, bares).
5	650	65,0	10,0	Turismo Esportivo Recreacional	Conjunto náutico, conjuntos esportivos – tipo, áreas de bosque, campig, áreas de pic-nic, áreas de amenização, pista para regatas, praia artificial, estacionamentos, equipamentos de animação, postos de atendimentos, serviços de infra-estrutura.	Clubes com creches e garagens, restaurantes quiosques, postos de gasolina, motel.
6	1.060	212,0	20,0	Esportivo Recreacional Institucional	Conjuntos esportivos – tipo, reserva florestal, lagos para pesca, área para tiro ao alvo, área para tiro ao arco, área para equitação, áreas para pic-nic, serviços de infra-estrutura, estacionamento, equipamentos postos de atendimento, equipamentos de animação.	Clinicas de repouso, escolas (internato e semi-internato) clubes de caça e pesca, centros de pesquisa, zoo-botânicas, cavalos e pôneis de aluguel, restaurantes, bares, lanchonetes, motel.

FONTE: JART (1977).

Segundo Andrade (2001), para baixar os custos da implantação do Parque Iguaçu, o IPPUC sugeriu que: deveria ser arrendada a terceiros as explorações de argila e depósitos de areia, o que ajudaria na criação de lagos de oxidação para tratamento dos efluentes da estação depuradora de esgotos que foi instalada na área; e também na contenção de enchentes. Seriam criados pomares públicos para o uso da população, que teria que pagar uma taxa de acesso que permitiria o consumo de frutas no pé. Porém, a idéia não vingou por muito tempo, sendo desativada em 1990 por questões de vandalismos e roubos. A área é usada atualmente para acantonamento, no qual crianças de escolas públicas têm aulas de educação ambiental. Seria arrendadas áreas para a implantação de clubes de campo pago, o que por algum tempo funcionou no interior do Parque Iguaçu, através do Parque Aquático e da Vila Olímpica de Curitiba – PAVOC, um clube de campo pago, agora a área é usada para abrigar a Academia da Polícia Florestal; como visto na TABELA 4.1, o projeto previa a implantação de vários outros equipamentos como hotel, albergue da juventude, área de camping, centro de convenções, pavilhão de exposições e outras atividades afins. Entretanto estas não chegaram a ser implantados.

O rio Iguaçu recebe os afluentes do rio Belém que corta a cidade desde o norte, chegando ao rio Iguaçu com um elevado índice de poluição que vem acumulando no seu trajeto. Para amenizar essa carga de poluição foi implantada uma estação de tratamento de esgoto – ETA, pouco antes de o rio Belém desaguar no Iguaçu.

Em 1991, como já citado anteriormente, para reduzir o consequente adensamento nas fronteiras sudeste e leste da capital, criou-se a APA Municipal do Iguaçu, na qual esta o parque. Através da APA, estabeleceu-se uma série de restrições de uso e ocupação do solo instituída para evitar a ocupação irregular nas margens do rio Iguaçu. Mesmo assim, ocorreram assentamentos ilegais que interromperam a continuidade do parque. Esse decreto foi substituído pelo Decreto nº 192 de 2000, com o mesmo propósito; e em 2001 o mapa da delimitação oficial do parque e setorização da APA do Iguaçu foi substituído pelo Decreto Municipal 1135/2001 (Fig. 4.5) (ANDRADE, 2009).

Atualmente, o Parque Metropolitano do Iguaçu e a APA do Iguaçu estão regulados sob o Decreto nº 3742 – 12/11/2008, que declara a Área de Interesse Especial Regional do Iguaçu na Região Metropolitana de Curitiba (AIERI). No Artigo 2º, o decreto delimita a área que compreende o trecho entre as barragens do rio Irai e do rio Piraquara, do rio Palmital, a jusante da Estrada da Graciosa, em Pinhais, até o início da Área de Proteção Ambiental da Escarpa Devoniana (Fig. 4.6). No Artigo 3º, dispõe, como objetivo da AIERI, a conservação e proteção dos biomas; propiciar a recuperação da qualidade hídrica do rio Iguaçu; configurar corredores de biodiversidade; evitar a ocupação urbana inadequada às características das áreas; e disponibilizar usos turísticos, de lazer e recreação às populações do entorno, com práticas conservacionistas e de educação ambiental, entre outros.

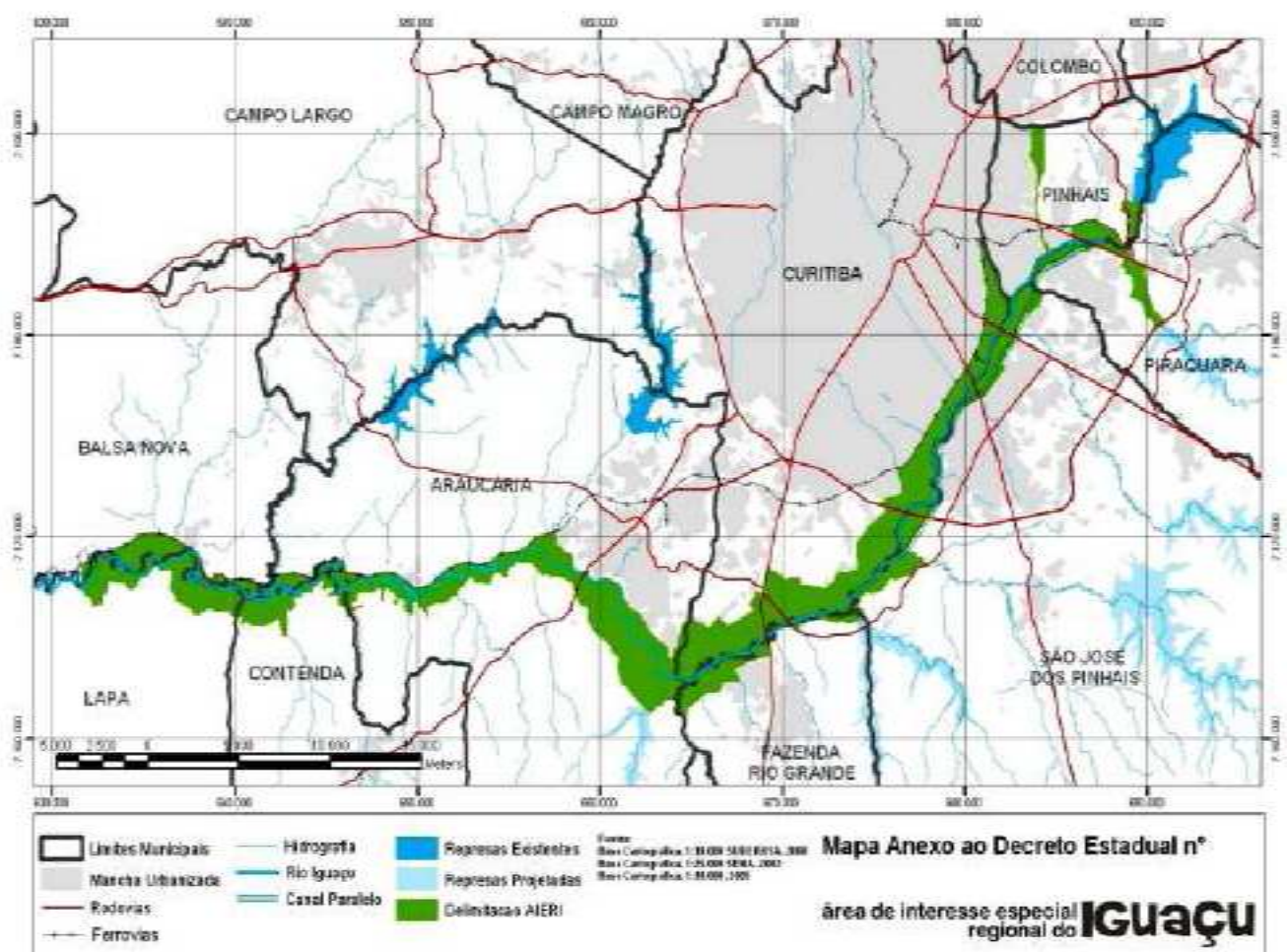


Fig. 4.6 - Mapa anexo ao Decreto nº 3742/2008
(FONTE: DECRETO Nº 3742 - 12/11/2008, 2010).

1. Setor esportivo:

Dentro do setor de transição estabelecido pelo Decreto Municipal 1135/2001, está localizado no extremo norte, o Parque do peladeiro, o qual apresenta um estádio de beisebol e várias canchas de futebol de areia e gramado, pista de skate e diversas unidades avançadas de secretarias da Prefeitura Municipal, sendo bastante utilizado pela população. Sua distância do restante do Parque Iguaçu e a separação ocorrida pela existente malha urbana das ocupações irregulares fazem com que a área não seja percebida como parte do Parque Iguaçu. A população adjacente ao parque é de classe popular; e encontra nele a alternativa de lazer gratuito e de fácil acesso (Fig. 4.8 e 4.9).



Fig. 4.8 – Estádio de beisebol do Parque do peladeiro
(FONTE: A AUTORA, 2010).



Fig. 4.9 – Quadra coberta do Parque do peladeiro
(FONTE: A AUTORA, 2010).

2. Setor náutico:

Dentro do Parque Municipal do Iguaçu estabelecido pelo Decreto Municipal 1135/2001, este setor está localizado entre o rio Belém a nordeste, o rio Iguaçu a sudeste, a linha férrea a noroeste e a Avenida Marechal Floriano Peixoto a sudoeste, possuindo uma área de aproximadamente 1.500.000 m². Os equipamentos mais expressivos desse setor são a raia olímpica com 2.000 metros de extensão, a torre de cronometragem e a garagem de barcos. O seu acesso é bastante dificultado com diversas barreiras como, do lado sudeste, o lago artificial do Pôlder, criado para evitar enchentes e inundações no loteamento Cidade Jardim de São José dos Pinhais; o canal extravasor e o próprio leito do rio Iguaçu, do lado nordeste; o rio Belém, do lado noroeste, uma área bastante adensada e ocupada irregularmente do bairro Boqueirão; e, a sudeste, a Avenida Marechal Floriano Peixoto, de tráfego bastante intenso e rápido. O espaço é subutilizado, não sendo permitido o acesso público aos equipamentos. A

lanchonete foi desativada e a estação de piscicultura que funcionou durante os anos de 1990, está abandonada. Os mirantes da raia estão em estado deplorável, e as ruas que circundam o lago estão todas esburacadas. Vê-se o abandono por parte do Poder Público que não faz mais manutenções dos equipamentos do parque. Por esse motivo e a falta de segurança, o espaço acaba não sendo utilizado pela população (Fig. 4.10 a 4.12).



Fig. 4.10 – Torre de cronometragem
(FONTE: A AUTORA, 2010).



Fig. 4.11 – Pessoas pescando as margens do lago da raia náutica
(FONTE: A AUTORA, 2010).



Fig. 4.12 – Rua esburacada que circunda a raia náutica
(FONTE: A AUTORA, 2010).

3. Setor Zoológico:

Juntamente com os bosques de preservação da vegetação típica das várzeas, capões de pinheiros e mata nativa, abrange o Parque Municipal do Iguaçu parte do setor de transição próximo à Avenida Marechal Floriano Peixoto, onde está localizado o assentamento espontâneo em processo de regularização, Vila Pantanal; setor de média e alta restrição de uso, estabelecido pelo Decreto Municipal 1135/2001. Esse setor é o mais visitado do Parque Iguaçu, com maior área, Tendo 4.425.000 m², apresenta maior estrutura entre os setores do parque, cujos acessos podem ser feitos pela Avenida Marechal Floriano Peixoto, percorrendo uma via de mão única, sentido Avenida Marechal – zoológico de 5 km de extensão, e pelo sistema viário do bairro Alto Boqueirão, em que existe uma linha de ônibus que sai do terminal do Boqueirão, passa pelo bairro e vai até o zoológico. Há uma ciclovia, denominada via Parque, porém esta, que sai do Setor Náutico vai até próximo ao portal do zoológico, sem uma continuação, e terminando abruptamente perto de um ponto de ligação entre o rio Iguaçu e o canal extravasor, sem uma ponte para transpô-los. Neste setor, encontra-se em processo de regularização a Vila Pantanal, situada ali desde a década de 1980, com uma área de 123.000 m² e uma densidade média de 214 hab/ha (IPPUC/COHAB-CT, apud ANDRADE, 2009). Além do próprio zoológico o setor oferece área de acantonamento e educação ambiental (Fig. 4.13 a 4.15).



Fig. 4.13 – Recepção/ Pequenas exposições
(FONTE: ANDRADE, 2009).



Fig. 4.14 – Caminho para o Zoológico
(FONTE: A AUTORA, 2010).



Fig. 4.15 – Vila Pantanal
(FONTE: A AUTORA, 2010).

4. Setor Estação Ecológica do Cambuí:

Trata-se de um santuário ecológico de reserva biológica, dentro do setor de uso esportivo estabelecido pelo Decreto Municipal 1135/2001, situando-se entre o rio Iguaçu a noroeste, Avenida das Torres a sudoeste e a nordeste pelos meandros do antigo leito desse rio, o que perfaz uma área de 230,1171 m², existente desde 1970 como Setor de Reserva Biológica do Parque Iguaçu; e instituída em 2004 pelo Decreto Municipal nº 211. A estação, apesar de estar voltada para a preservação, sofre impactos do entorno, por estar em um local muito próximo da malha urbana de São José dos Pinhais e do bolsão de assentamento irregular Audi/União (Fig. 4.16).



Fig. 4.16 – Estação Ecológica do Cambuí.
(FONTE: GOOGLE EARTH, 2010)

5. Setor PAVOC:

Abrange o setor do Parque Municipal do Iguaçu de uso esportivo estabelecido pelo Decreto Municipal 1135/2001, situado na margem esquerda do rio Iguaçu, pertencente ao Município de São José dos Pinhais, com uma área de 649.039,43 m². O Parque Aquático e Vila Olímpica de Curitiba (PAVOC) começou a funcionar a partir de 1966 como clube de campo. Em 1980, o local foi transferida para o Clube Atlético Paranaense que se desfez da área em 1995, negociando com o governo estadual, que implantou o canal extravasor do Iguaçu. Atualmente, abriga o Parque Metropolitano de São José dos Pinhais e o Batalhão da Polícia Florestal (Fig. 4.17 e 4.18).



Fig. 4.17 – Batalhão da Polícia Florestal
(FONTE: A AUTORA, 2010).



Fig. 4.18 – Churrasqueira na entrada do setor PAVOC, ao lado da Avenida das Torres (FONTE: A AUTORA, 2010).

6. Setor de Reserva Fundiária e Conservação:

Está dentro do setor de uso esportivo e de transição estabelecido pelo Decreto Municipal 1135/2001, situado entre a Avenida das Torres, o rio Iguaçu, a BR-277 e a ferrovia, sendo uma reserva sem nenhum equipamento. Pode ser enquadrado como parque linear de conservação. Sua principal atribuição é garantir a qualidade ambiental do fundo de vale do rio Iguaçu, preservando a vegetação da várzea, a fisiografia, a fauna, a flora e todo o ecossistema da região. Porém, com o descaso de proprietários dos terrenos em seu interior, que não conseguiam vender nem construir pela legislação imposta pela Prefeitura; e a falta de interesse político de intervenção, ocorreram diversos assentamentos espontâneos desde o início da década de 1990, denominados Bolsão Audi/União. Todos estão em locais sujeitos à inundação e extrema vulnerabilidade socioambiental, com falta de infra-estrutura e saneamento básico (Fig. 4.19 e 4.20).



Fig. 4.19 – Bolsão Audi/União
(FONTE: A AUTORA, 2010)



Fig. 4.20 – Bolsão Audi/União
(FONTE: COHAB-CT, 2007, apud ANDRADE, 2009).

Através do estudo e análise de como o Parque Iguaçu foi estabelecido, de suas subdivisões, e dos Decretos a que ele está submetido; e avaliando seus usos efetivos e equipamentos existentes, pode-se chegar ao denominador comum de uma área para a intervenção em desenho urbano. A área escolhida pela autora está contida dentro do setor zoológico (Fig. 4.21), situada entre a Avenida Marechal Floriano Peixoto e o portal do zoológico propriamente dito. Esta área apresenta sinais de ocupação irregular com a presença da Vila Pantanal, que está em processo de regularização. O espaço é subutilizado, do ponto de vista do lazer urbano, sem nenhum equipamento, mas com potencial de uso efetivo como espaço urbano de lazer, com uma boa visual da natureza e lagos formados pelas cavas.

Hoje, o espaço é usado somente como acesso ao zoológico; e raramente como área de pesca. As cavas são utilizadas como local de banho pelas crianças e adolescentes, ainda que perigoso pela poluição das águas e lixos depositados clandestinamente.

Para melhor adequação do projeto a ser desenvolvido como segunda etapa do trabalho, faz-se necessário um levantamento e análise sócio-econômica do bairro Boqueirão e Alto Boqueirão, bairros adjacentes a área escolhida.

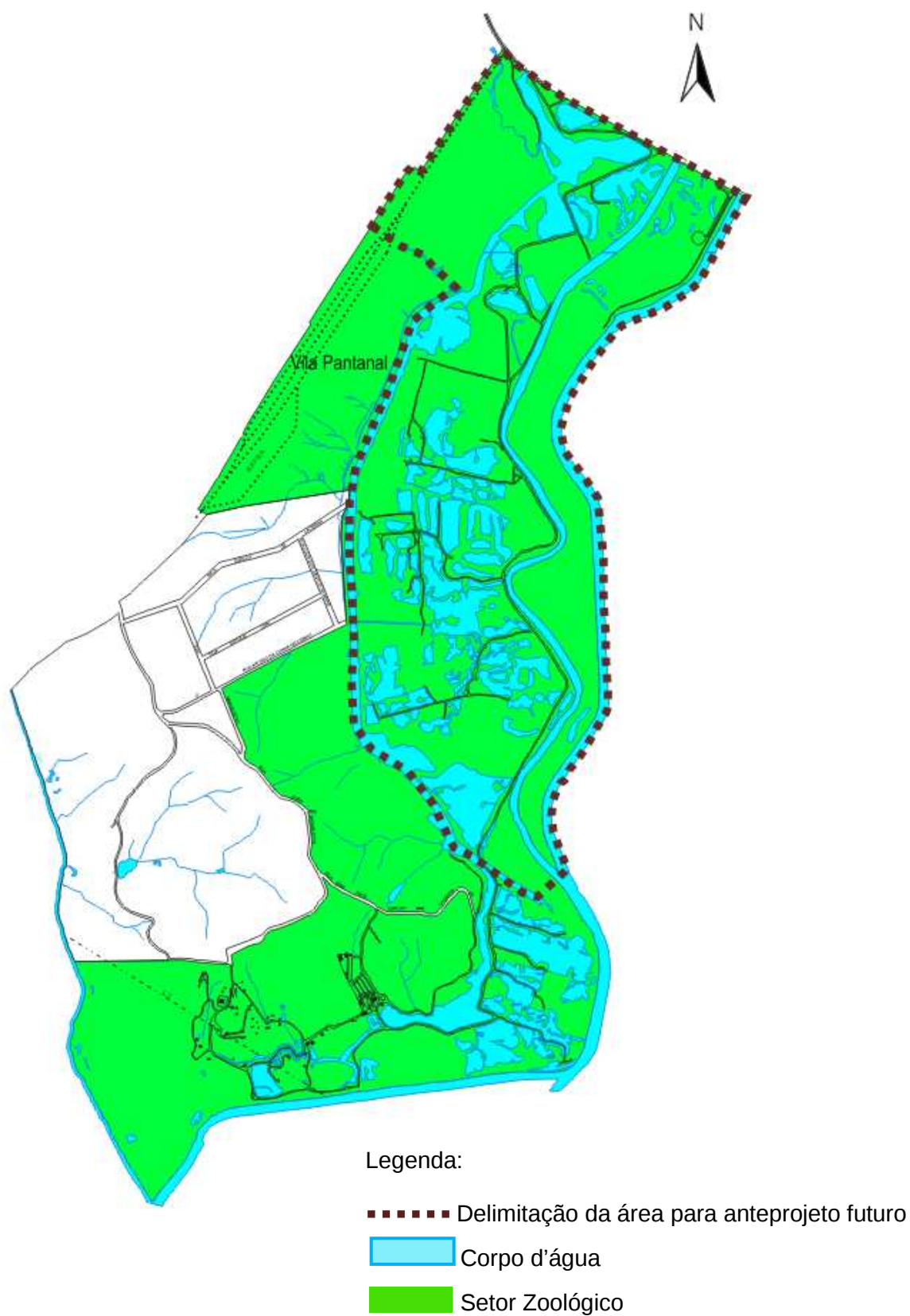


Fig. 4.21 – Delimitação da área para anteprojeto futuro
(FONTE: A AUTORA, 2010).

4.3. ENTORNO DO PARQUE IGUAÇU E SEUS ATORES SOCIAIS

A área escolhida para a intervenção está localizada no bairro Alto Boqueirão, porém está sob a influência de forma de uso e adequação dos moradores dos bairros Boqueirão e Alto Boqueirão (Fig. 4.22).

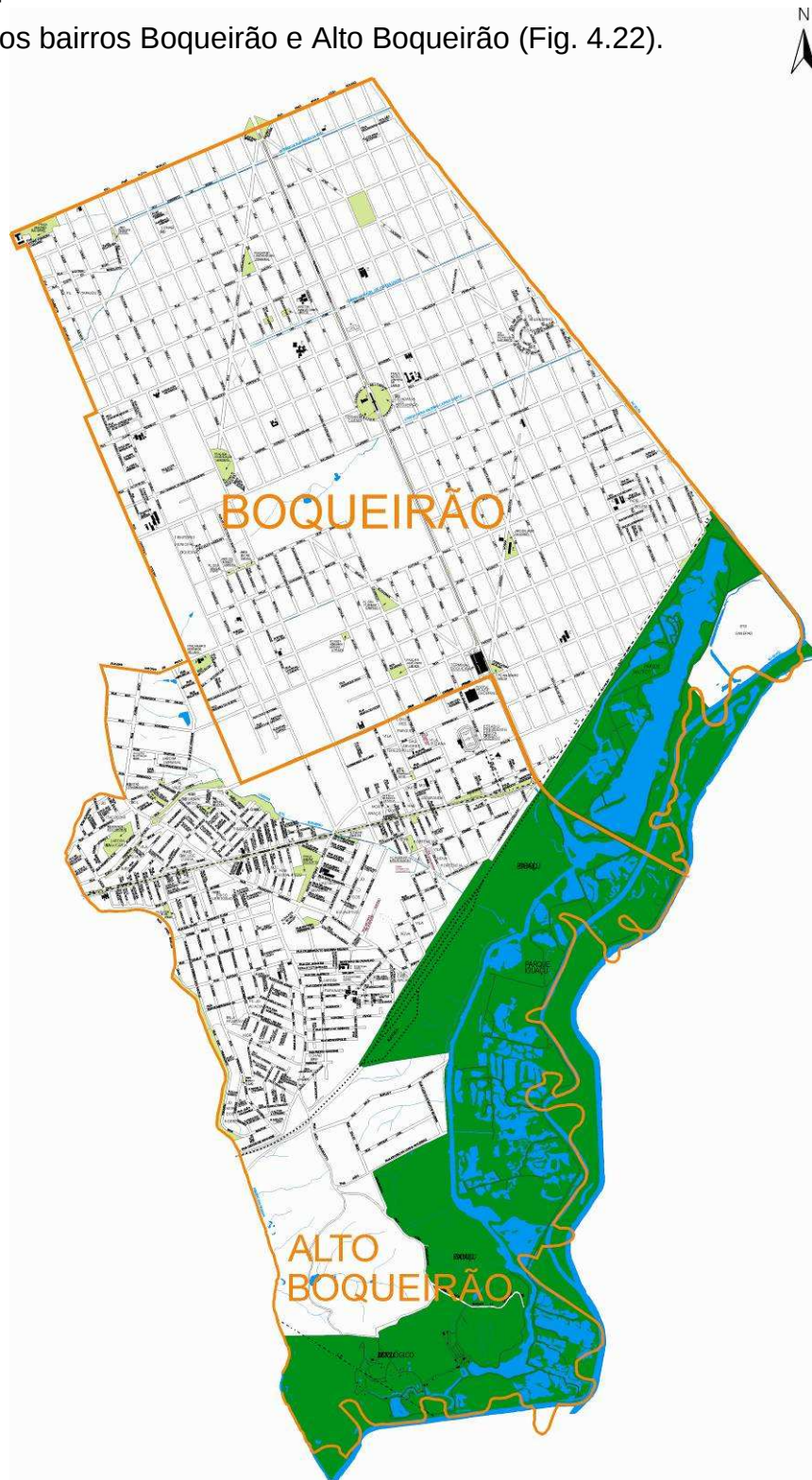


Fig. 4.22 – Bairros Boqueirão e Alto Boqueirão
(FONTE: IPPUC, 2010; Adaptado).

Os bairros Alto Boqueirão e Boqueirão fazem parte da regional administrativa Boqueirão: os dois bairros somam uma área absoluta de 2.691,40 ha e uma população de 130.557 habitantes, resultando uma densidade de 48,51 hab/ha, em 2007 (IPPUC/Banco de Dados). Em comparação com a densidade demográfica de Curitiba, a dos bairros estudados é 18% maior.

De acordo com o Banco de Dados do IPPUC, no ano de 2000, a idade média da população era de 35,14 anos para o bairro Alto Boqueirão e de 29,44 anos para o bairro Boqueirão, podendo concluir que a população desses bairros é de jovens/adultos. Nesse sentido, pode-se prever a forma de uso de um espaço de lazer que é diferente para cada grupo de idade, como o playground para as crianças, quadras esportivas, pista de caminhada e ciclovia para os jovens e adultos; e espaços de descanso e contemplação para os idosos (TABELA 4.6).

TAB. 4.6 – POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA EM 2000.

Faixa Etária (anos)	Total Boqueirão	Total Alto Boqueirão
0 a 14	17.375	14.199
15 a 24	13.415	10.483
25 a 34	12.275	9.212
35 a 49	14.531	10.530
acima de 50	10.899	6.731

FONTE: IPPUC/Banco de Dados; Adaptado.

A população em questão apresenta uma renda mediana de R\$ 949,00 para o bairro Alto Boqueirão, e R\$ 1.838,00 para o bairro Boqueirão; dados do ano de 2007, de acordo com a Agência Curitiba de Desenvolvimento S.A., o que coloca esses locais na classificação de bairros de classe popular, com renda mediana de até três salários-mínimos; fato que justifica ainda mais a escolha do local de intervenção.

Quanto à evolução da ocupação, os bairros Alto Boqueirão e Boqueirão foram loteados a partir de 1939, mas foi depois de 1960 que a área da baixada do vale do Rio Iguaçu, o Boqueirão, passou a ser ocupada pelos migrantes de baixa renda, oriundos do interior do Estado, por ser um local de constantes inundações. Sendo assim, o valor da terra era menor e acessível para a população.

Como já citado anteriormente, dentro da área escolhida para a intervenção, encontra-se um assentamento espontâneo desde a década de 1980. Esse assentamento denominado Vila Pantanal está em processo de regularização e sendo urbanizado, com iluminação, sistema viário, escolas e casas em alvenaria. Caracteriza-se ainda mais o lugar, podendo perceber os atores sociais que atuarão no espaço de lazer, individualizando-o com sua cultura e práticas de lazer. Na Fig. 4.23, pode-se identificar mais áreas de ocupação irregular às margens da via férrea; e porções dentro do bairro Alto Boqueirão.

Quanto à tipologia das habitações, essas são na sua maioria edificações unifamiliares de um a três pavimentos e em alvenaria. Existem 45 conjuntos habitacionais, com no máximo quatro pavimentos.

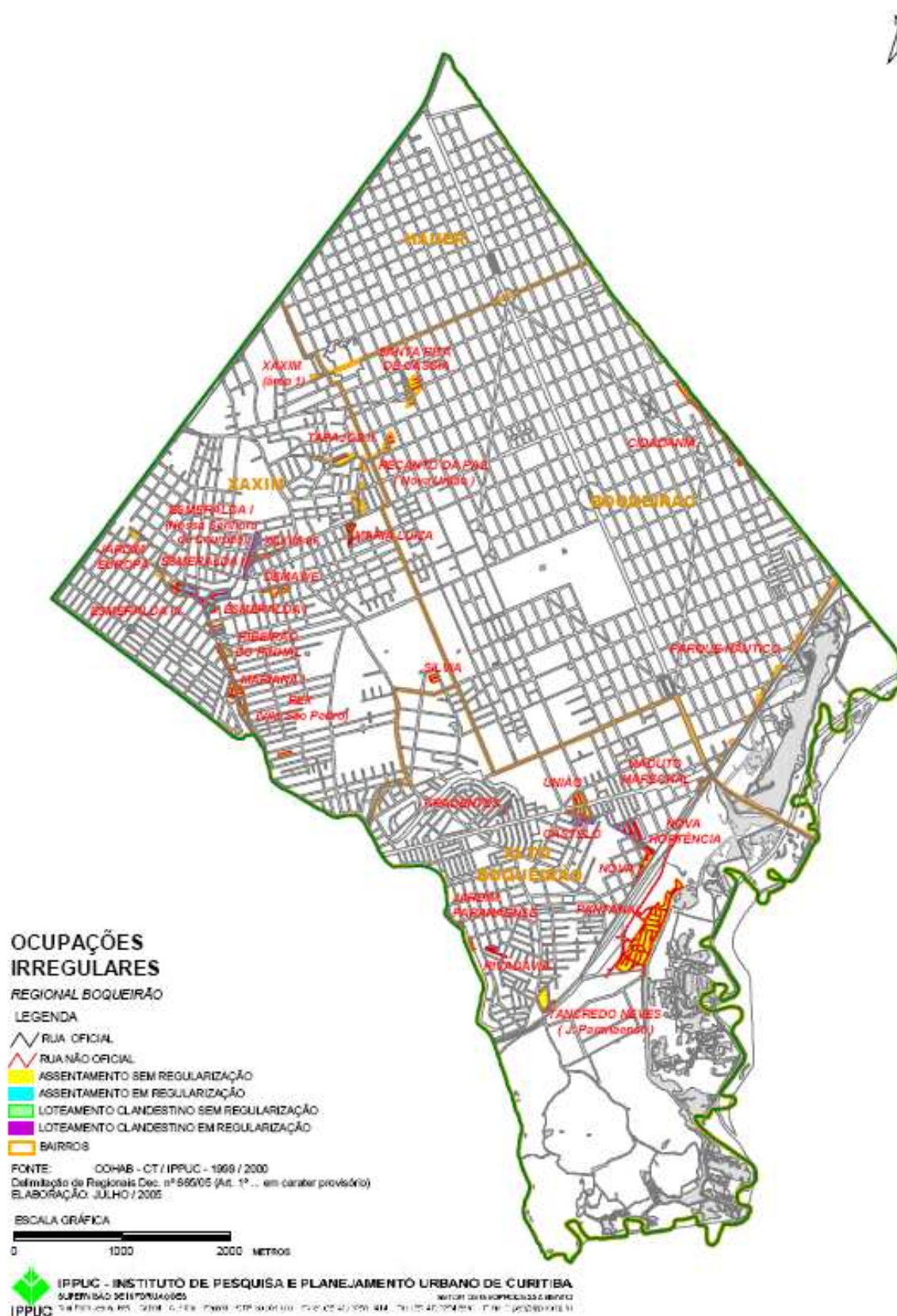


Fig. 4.23 – Ocupações irregulares
(FONTE: IPPUC, 2010).

No âmbito de construir um espaço de lazer adequado aos atores sociais, a população adjacente ao parque, fez-se necessário coletar informações através de um questionário, como forma qualitativa do espaço, tendo como questões: a atividade realizada por eles para o lazer; qual era o entendimento a cerca do parque e como seria o parque ideal para eles; quais eram seus esportes preferidos; se freqüentavam o Parque Iguaçu ou outros parques da cidade; e sobre a adequação do Parque Iguaçu (Apêndice).

As entrevistas foram realizadas em um período de duas semanas, iniciando-se no dia 17 de maio de 2010, e finalizando no dia 28 de maio de 2010. Foram realizadas 46 entrevistas, sendo a idade média dos entrevistados de 27 anos, com 18 mulheres e 28 homens. Sintetizando as respostas, pôde-se perceber que poucos frequentam o parque analisado pela autora: somente sete pessoas das entrevistadas. Quando perguntados os motivos desse desinteresse pela população, muitos respondiam que faltavam equipamentos de lazer e variedade deles, como campo de futebol, pista de skate, playground, pista de caminhada, espaço para exercícios físicos e outros; além da ausência de equipamentos de animação e apoio, como segurança, sendo esse quesito o citado por todas as pessoas abordadas, junto com sanitários, estacionamento, lanchonetes, churrasqueiras e outros.

Quando perguntado o que é o parque, as respostas diziam ser na sua maioria, um lugar de descanso e de prática do lazer passivo. Somente oito pessoas responderam que o parque é também um local de prática de esportes. Pode-se relacionar a isto o fato de que poucos parques em Curitiba oferecem equipamentos esportivos, como futebol, voleibol, basquetebol e outros. No máximo, há lugares para fazer caminhadas e alongamento. No entanto, um parque ideal para eles tem variedade de lazer. Pode-se elencar nisso o descanso, o divertimento, a recreação e entretenimento e o desenvolvimento, sempre relacionados à área verde.

A partir dos questionários pode-se perceber também que o lazer praticado por eles está sempre ligado a algum tipo de esporte, como futebol, voleibol, natação, basquetebol, *skate*, soltar pipa e outros. O simples ato de caminhar e distrair-se também está dentro do *ranking* de práticas de lazer. Com isso pode-se, perceber que um espaço bem utilizado pela comunidade deve ter tanto

formas de praticar o lazer ativo como também o passivo. Deve haver facilidade de acesso, segurança e variedade de equipamentos.

Assim, através da análise dos questionários aplicados é possível elencar os programas mais utilizados pela comunidade para um projeto de um parque mais eficiente para o lazer das comunidades vizinhas a ele.

5. DIRETRIZES GERAIS DE PROJETO

A partir dos estudos feitos nos capítulos anteriores, especialmente quanto à produção de um projeto adequado a realidade social e ambiental do local e interpretação da realidade do espaço, não somente nas questões ambientais, mas também nas questões sociais e culturais, desenvolveram-se a seguir as diretrizes gerais do projeto, descritas a seguir.

O Plano Diretor do Parque Iguaçu (1973), com o intuito de que a adequação do espaço pela população de fato ocorresse, apresentava fez diversas recomendações, sendo elas: o espaço onde seria implantado o parque deveria ser saneado; com a reconstituição da paisagem, deveria haver uma recuperação do equilíbrio ecológico; deveria ser prevista uma eficiente rede de transporte de massas, interna e externa; os equipamentos implantados deveriam de fato atender as necessidades e interesse da população; as atividades não deveriam se transformar em “bens-de-consumo”, pois isso restringiria seu uso e alcance. Contudo, de acordo com Andrade (2009), esses preceitos não ganharam a devida atenção. O rio Iguaçu recebe a poluição de vários rios que deságuam nele, sendo um deles o rio Belém, que nasce na porção norte de Curitiba e vem acumulando a poluição de toda a cidade. Há ainda poucos equipamentos, se não foram desativados por falta de manutenção, ao que parecem não atendem a população.

A primeira proposta é resgatar as recomendações feitas pelo plano, que são de fato primordiais à implantação do projeto. A partir disso, as diretrizes gerais estão divididas em seis categorias que são detalhadas nos próximos sub-capítulos. Primeiramente são dispostas as características locacionais do projeto, tais como área do terreno a ser revitalizado, desenho paisagístico atual e disponibilidade de equipamentos.

5.1. CARACTERÍSTICAS LOCACIONAIS

A área escolhida para o projeto, a ser realizado no segundo semestre, é delimitado pela Avenida Marechal Floriano Peixoto, sendo este o seu principal acesso. Esta via apresenta um fluxo intenso de veículos por ser uma avenida de ligação entre Curitiba e São José dos Pinhais. A zona fica ainda entre o canal extravasor do rio Iguaçu de um lado e a via férrea de outro lado; e finalizando próximo à entrada do Zoológico, como já citado anteriormente, na área dentro do setor zoológico (Fig. 4.22). Este espaço conta com uma área de 2.852.936,27m². Dentro da qual há uma via sinuosa de mão única que vai até o zoológico, há diversas cavas e não apresenta nenhum equipamento de lazer ou apoio.

Exclui-se da área para o projeto a Vila Pantanal, visto que é um loteamento já consolidado e urbanizado, apresentando infra-estrutura e diversos equipamentos, como posto de saúde e escolas. Nessa área está presente o pátio de manobras da América Latina Logística (ALL), contando com 16 linhas paralelas. A linha férrea Engenheiro Bley serve como barreira física para ocupações irregulares sobre o Parque Iguaçu. O espaço está sob o decreto que estabelece a AIERI, Decreto nº 3742/2008, e sob aquele que estabelece a APA do Iguaçu, Decreto nº 1135/2001, sendo setorizado como Setor de Parque Municipal do Iguaçu e setor de transição. Haverá uma atenção especial para esses decretos na diretriz normativa tratada a seguir.

Quanto à flora do local, de acordo com o IPPUC (2010), esta é constituída por uma floresta nativa, com variadas espécies como: branquinho, vacuum, aroeira, casearia, juvevê, timbó, araucária, pinheiro brabo, carne de vaca, covatã, pimenteira, corticeira do banhado, pitangueira, guabirobeira, cambuí, cambará, cedro rosa, canjerana, bracatinga, ipê amarelo e roxo e árvores frutíferas.

Quanto à fauna do local, ainda de acordo com o IPPUC (2010), o Parque Iguaçu é constituído por uma fauna diversificada com: garça, jaçanã, maçarico, vanelo, turdo, saracura, marreca do banhado, pato selvagem, gavião, rola, tico-tico, parará, cotia, nútria, capivara, preá, lagarto, cágado da água, cobras de pequeno e médio porte, roedores de pequeno porte.

As diretrizes estão divididas em seis categorias de programas, sendo elas:

- a) Diretrizes normativas;
- b) Integração com a malha urbana;
- c) Conservação ambiental;
- d) Uso e adequação do espaço;
- e) Materiais a serem utilizados na pavimentação das vias e na construção das edificações de apoio;
- f) Economia na participação institucional.

5.2. Diretriz normativa

Como primeira ação do projeto, será respeitada às diretrizes contidas no Decreto nº 3742/2008 que tem como objetivo:

- a) Promover a proteção, a manutenção e a recuperação, bem como a conservação e preservação dos biomas mais significativos do leito do rio Iguaçu;
- b) Configurar corredores de biodiversidade;
- c) Orientar a ocupação da área com práticas conservacionistas, evitando a ocupação urbana inadequada às características das áreas;
- d) Propiciar a recuperação da qualidade hídrica do rio;
- e) Disponibilizar usos de lazer e recreação às populações do entorno, com práticas conservacionistas e de educação ambiental.

Será de extrema importância, também, o respeito e uso das normas de acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos contidos na ABNT NBR 9050/2004.

5.3. Integração com a malha urbana

De acordo com Mascaró et al. (2008), as áreas verdes urbanas podem ser classificadas em área verde principal e área verde secundária. O parque urbano está relacionado dentro da área verde principal, devendo estar envolvidas pelo tecido urbano ou, pelo menos encostado nele, sendo assim necessário uma boa ligação ao sistema de transporte público e privado da cidade.

O espaço urbano a ser tratado é margeado pela Avenida Marechal Floriano Peixoto, de conexão metropolitana, única via de acesso ao parque. Nela há trânsito de transporte público de integração da cidade de São José dos Pinhais com Curitiba. A esta avenida está ligado o caminho de mão única que adentra ao parque e leva os visitantes até o Zoológico. Para essa integração já existente da malha urbana com o parque, podem-se elencar as seguintes diretrizes de projeto:

a) Privilegiar o programa de acessibilidade:

- Prever paradas de linhas de transportes públicos já existentes próximo ao parque;
- Implantar o acesso ao parque pelo lado do zoológico;
- Criar vias de acesso controlado ao parque para a Vila Pantanal;

b) Controle circulação de veículos:

- Restringir o acesso de veículos pesados no interior do parque, com o dimensionamento da via;
- Inserir restrições de tráfego na via interna, como velocidade máxima;

c) Desenho de vias:

- Redesenhar a via interna de forma a se integrar ao entorno, com curvas e contracurvas, para explorar ao máximo a potencialidade paisagística do sítio, e reduzir a velocidade dos veículos;

- Implantar ciclovias que possa ser integrada com o restante do parque Iguaçu e do bairro;

- Dotar o espaço de pequenos estacionamentos ao longo da via interna;

d) Comunicação visual:

- Inserir elementos visuais no acesso para a identificação do parque dentro da malha urbana;

Com essas diretrizes, pode-se alcançar uma integração do parque com o meio urbano, criando restrições de acesso, mas o facilitando ao mesmo tempo. Além disso, pode-se criar uma identidade ao parque com elementos visuais no acesso e interior do mesmo.

5.4. Conservação Ambiental

Para Mascaró et al. (2008), cada sítio tem seu ecossistema natural, que é alterado quando sobre ele se faz uma área verde; e os sítios mais agradáveis são aqueles que contêm menores alterações no seu ecossistema, tornando-se mais econômicos e estáveis no tempo. A conservação ambiental é muito importante para o equilíbrio do ecossistema, questão já estudada nos primeiros capítulos, sendo a sustentabilidade um quesito indispensável à produção do espaço.

O espaço do parque Iguaçu é um meio natural bastante alterado pelas extrações minerais, que criaram as cavas, além do uso inadequado da área, como o próprio loteamento da Vila Pantanal. Para manter os recursos naturais existentes, recriar as espécies de flora extintas e resgatar a fauna, traça-se as seguintes diretrizes:

a) Recuperação ambiental:

- Limpar as cavas com dragagem, que possa retirar lixos, e resquícios domésticos depositados nelas;
- Reconstituir a paisagem natural do espaço;
- Recompôr a cobertura vegetal;

b) Composição paisagística e de uso:

- Remodelar as cavas para a formação de lagos com atrativos visuais;
- Restringir formas de pescas nos tanques pesqueiros;
- Implantar tanques pesqueiros gratuitos em algumas cavas, para a reconstituição da fauna aquática e complementação alimentar para a comunidade pobre lindeira;

c) Uso de técnicas e materiais sustentáveis e de reciclagem:

- Utilizar a construção bioclimática, com materiais renováveis como a madeira;
- Elevar do solo as construções para a menor impermeabilização do espaço;

d) Educação ambiental:

- Instalar um viveiro de plantas e estufa botânica, para a produção de mudas de espécies nativas, sendo possível ainda o uso do espaço para educação ambiental e maior interação com o meio natural de alunos do projeto pia e escolas públicas;
- Implantar um bosque de mata nativa, com trilhas educativas a exemplo do Caminho das Sensações do Jardim Botânico de Curitiba.
- Implantar sinalizações educativas.

A conservação ambiental far-se-á através de sinalizações educativas e uma efetiva integração do homem ao meio ambiente através dos espaços verdes, como o viveiro e o bosque de mata nativa. O usuário passará a interagir com o meio natural através do incentivo à preservação e uso moderado dos recursos naturais, além de interagir com o espaço através do lazer de desenvolvimento, já esclarecido no capítulo de revisão bibliográfica.

5.5. Uso e adequação do espaço

A realidade sociocultural e econômica da sociedade na qual o parque está inserido é de legítima importância para a produção do espaço. Como já estudado no capítulo de interpretação da realidade, o parque está inserido próximo a um bairro de classe média-baixa e baixa, e sua forma de praticar o lazer é diferente de um bairro de classe alta. A prática do lazer é mais simples, sem a necessidade de equipamentos caros: o meio deve conter espaço para a expressão cultural da comunidade, sendo esta o skate, a arte de rua, o grafite e outros. Para a adequação do espaço, cria-se diretrizes, que estão apoiadas, também, nas informações concebidas pela população através do questionário qualitativo já apresentado anteriormente.

- a) Implantar elementos visuais e espaciais de cunho cultural, e de afirmação da identidade;
- b) Implantar mural para expressão da arte através do grafite;
- c) Criar uma piscina natural, adequando-a ao uso comum e inserindo equipamentos de segurança;
- d) Inserir mirantes e decks próximos aos lagos com piso adequado a usos como danças de break, e bancos para a acomodação do usuário;
- e) Implantar pontes para transpor os lagos, para o lazer passivo;
- f) Dimensionar o sistema viário interno do parque que comporte veículos motorizados, bicicletas e pedestres;
- g) Criar vias de pedestres contíguas à via de veículos motorizados para caminhada, e patinação; e com a previsão de implantar mobiliários, tais como quiosques e telefones públicos;

- h) Implantar equipamentos esportivos de interesse da população, tais como cancha de futebol, poliesportiva, pista de *skate* e outros;
- i) Implantar equipamentos de animação, tais como teatro ao ar livre para shows e apresentação da arte local, churrasqueiras, quiosques, lanchonetes e outros;

Os equipamentos de animação e apoio, esportivos, cultural e sócio educativos serão descritos no sub capítulo de programa de necessidades.

5.6. Técnicas e Materiais

É de fundamental importância, para atingir um bom projeto, o uso de técnicas construtivas e materiais alternativos. Para que isso seja alcançado, é necessária a aplicação da arquitetura bioclimática, na qual a escolha de materiais renováveis, orientação solar e técnicas construtivas são de maior importância para reduzir o impacto ambiental causado pelas edificações e equipamentos.

a) Para a pavimentação das vias utilizar:

- Revestimento de partículas soltas, como a brita colocada em camadas e revestida superficialmente por pó-de-tijolo, proveniente de entulhos de obras trituradas, para a pavimentação dos estacionamentos, permitindo a continua permeabilidade do solo em um custo baixo;
- Cavacos de árvores para caminhos internos do bosque, tornando-o agradável pela naturalidade de sua textura;
- Borracha reciclada misturada com asfalto para a pavimentação da via de veículos motorizados, para a ciclovia e pista de caminhada;

b) Para as edificações serão usadas:

- Madeira, em larga escala (material renovável com bom desempenho térmico e acústico);
- Alvenaria e concreto armado em curta escala;

c) Para os decks e mirantes será utilizada a madeira;

- d) Para as pontes poderão ser usados a madeira em conjunto com o aço;
- e) Empregar o telhado verde, que é uma excelente solução para a coleta de água de chuva e, ao mesmo tempo, melhora o desempenho térmico das edificações, reduzindo a necessidade de refrigeração do ambiente por ar condicionado;
- f) Reutilizar a água para irrigação das plantas e para as instalações sanitárias das edificações (isso será exemplo de uso racional da água).

5.7. Economia e Participação institucional

Os equipamentos de apoio e animação como lanchonetes e quiosques serão alugados a terceiros para ajudar a arrecadação de fundos para a manutenção do parque. Será permitida a utilização dos equipamentos do parque por escolas públicas e particulares para o desenvolvimento das atividades esportivas e recreativas das crianças.

5.8. Programa de necessidades e pré-dimensionamento

Com base na análise feita pela autora das necessidades de equipamentos de lazer adequados à população adjacente ao parque; e com base também ao questionário qualitativo anteriormente realizado, o programa de necessidades é apresentado através do seguinte Q UADRO 5.1 com a descrição dos equipamentos a serem implantados no projeto:

Equipamentos esportivos	Cancha de voleibol e futebol de areia	1.036 m ² /Unidade
	Área de ginástica ao ar livre	400 m ² /Unidade
	Pista de caminhada e patinação	5 km lineares
	Playgrounds	1.000 m ² /Unidade
	Ciclovias	5 km lineares
	Campo de futebol	1.200 m ² /Unidade
	Piscina natural	Variável
	Pista de skate	200 m ² /Unidade
Equipamentos de animação e apoio	Administração do parque	100 m ²
	Lanchonetes	50 m ² /Unidade
	Sanitários e vestiários	50 m ² /Unidade
	Postos de vigilância	4 m ² /Unidade
	Teatro ao ar livre com palco coberto	1000 m ² /Unidade
	Churrasqueiras	6 m ² /Unidade
	Mesas de piquenique	2 m ² /Unidade
	Quiosques	4 m ² /Unidade
	Estacionamentos	120 m ² /Unidade
	Mirantes	Variável
	Decks	Variável
	Lago pesqueiro	Variável
	Mural para o grafite	25 ml/Unidade
Equipamentos culturais e sócio educativos	Viveiro de plantas nativas	800 m ² /Unidade
	Estufa botânica	800 m ² /Unidade
	Bosque de mata nativa com trilhas educativas	Variável
	Espaço para atividade de educação ambiental	Variável

QUADRO 5.1 – PROGRAMA DE NECESSIDADE e pré-dimensionamento

FONTE: A AUTORA, 2010.

O Parque Iguaçu terá como base as linhas projetuais traçadas por Macedo e Sakata (2003), podendo se enquadrar como parque de linha contemporânea. O parque apresentará um programa funcional de caráter predominantemente ativo, com a disponibilidade de diversos equipamentos esportivos. O caráter preservacionista também será de grande importância, tomando

como base o ideal de que o parque urbano é um instrumento para refrear a ocupação irregular sobre áreas ambientalmente frágeis. Serão usadas como forma de reforçar a conscientização ecológica as sinalizações ao longo dos caminhos e decks do parque.

Será contemplada no projeto a sustentabilidade social, buscando a adequação para que a população se apropriem do espaço, e com o menor impacto ambiental possível.

6. REFERÊNCIAS:

6.1. BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, R. V. de. **O Processo de produção dos parques e bosques públicos de Curitiba**. Curitiba: Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2001.

CASTELNOU, A.M. **Ecotopias urbanas: Imagem e consumo dos parques curitibanos**. Curitiba: Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERREIRA, L.I.E.P. *Parque Urbano*. In: Paisagem e ambiente: ensaios/ Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. – n. 23 (2007) – São Paulo: FAU, 2007.

FRANCO, M.A.R. **Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável**. 2. ed. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001.

FUNDAÇÃO Cultura de Curitiba. **Lago Azul: o parque na memória curitibana**. Curitiba: Casa Romário Martins, 2008.

GARCÍA, F.E.S. **Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing**. Curitiba: Palavra, 1997.

GEVER, F.A. **Word of environmental design: Urban Spaces II (Urban Parks)**. Barcelona, 1994.

IPPUC - INSTITUTO de Pesquisa e Planejamento de Curitiba/Serete. **Plano Diretor do Parque do Iguaçu**. Curitiba: IPPUC, 1973.

IPPUC - INSTITUTO de Pesquisa e Planejamento de Curitiba. **Memórias da Curitiba urbana**. 8.v. Curitiba: IPPUC, 1992.

JART DESENVOLVIMENTO AGRO-INDUSTRIAL LTDA. **Parque Regional do Iguaçu. Parque Zoológico Aberto; Projeto executivo.** Curitiba, 1977.

KLIASS, R. G. **Parques Urbanos de São Paulo.** São Paulo: Pini, 1993.

MENEZES, C.L. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente: a experiência de Curitiba.** Campinas: Papirus. 1996.

MACEDO, S.S.; SAKATA, F.G. **Parques Urbanos no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2003.

MASCARÓ, J.L (org.). **Infra-estrutura da Paisagem.** Porto Alegre, RS, Masquatro Editora, 2008.

MICHELLE, k. *Uma cidade comprometida com o meio ambiente.* In: **Casa Cor.** Ano 2009. 16. Ed. Curitiba. p. 26-29.

NOSSO Futuro Comum/ Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1991.

RIBEIRO, R. M. **Planejamento urbano, espaços públicos de lazer e turismo no bairro Uberaba em Curitiba - PR.** Curitiba: Dissertação de Mestrado em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2005.

RUANO, M. **Ecourbanismo: Entornos humanos sostenibles: 60 proyectos.** Barcelona: Gustavo Gili, 1999.

SANTOS, R. F. **Planejamento Ambiental Teoria e Prática.** Oficina de Texto, São Paulo, 2004.

SEGRE, R. *Paisagismo mexicano: mito, deserto e floresta.* In: **Revista AU.** Ano 24. 186. São Paulo: Pini, 2009.

SPIRN, A. W. **O jardim de granito: a natureza no desenho da cidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

YURGEL, M. **Urbanismo e lazer**. São Paulo: Nobel, 1983.

6.2. WEBGRÁFICAS:

ANDRADE, R. V. de. **Complexidade Dinâmica: Água, Expansão Urbana E Espaços Livres Públicos – O Processo De Construção Da Paisagem Do Parque Iguaçu, Curitiba-Pr.** São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/downloadtextocp112647.pdf>>. Acesso em: 7.abril.2010.

AMBIENTE. **APA - Parque e Fazenda do Carmo.** São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/apas/carmo.htm>>. Acesso em: 8.maio.2010.

AGÊNCIA Curitiba de Desenvolvimento S.A. **Banco de dados.** Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/>>. Acesso em: 27.abril.2010.

CASTELNOU, A.M. Parques Urbanos De Curitiba: De Espaços De Lazer A Objetos De Consumo. In: **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo.** Belo Horizonte, p. 53-73, dez. 2006. Disponível em: <http://www.pucminas.br/documentosarquitetura_14_artigo04.pdf>. Acesso em: 7.abril.2010.

CIDADE DO MÉXICO. Secretária do Turismo. **Parque Tezozomoc.** Disponível em: <http://www.mexicocity.gob.mx/detalle.php?id_pat=3677&idioma=po> Acesso em: 31.maio.2010.

CIUDAD MÉXICO. **Parque Tezozomoc: atractivos de la Ciudad de México.** Disponível em: <http://www.ciudadmexico.com.mx/atractivosparque_tezozomoc.htm> Acesso em: 31.maio.2010.

CURITIBA, Prefeitura Municipal. **Programa Biocidade gera desenvolvimento urbano com sustentabilidade ambiental.** Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/publico/noticiaimprensa.aspx?codigo=19134>>. Acesso em: 27.maio.2010.

_____. Prefeitura Municipal. **Parques de Curitiba são opção para esporte e lazer.** Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/>>. Acesso em: 13.maio.2010.

_____. Lei n. 9.804, de 03 de janeiro de 2000. Cria o sistema de unidades de conservação do município de Curitiba e estabelece critérios e procedimentos para implantação de novas unidades de conservação. Disponível em: <www.leismunicipais.com.br/cgi-local/forpgs/form_vig.pl>. Acesso em: 13.maio.2010.

_____. Decreto n. 1.135, de 06 de dezembro de 2001. Substitui o mapa anexo do Decreto nº 192/00. Disponível em: < <http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/showinglaw.pl>>. Acesso em: 16.maio.2010.

_____. Decreto nº 3742, de 12 de novembro de 2008. Disponível em: <http://www.comec.pr.gov.br/arquivos/File/DE_3742_2008.pdf>. Acesso em: 16.maio.2010.

FALÉ, P. M. A. **Espaços Lúdico-Desportivos para a Infância: Estudo das rotinas das crianças nos espaços de lazer**. Porto, 2000. Disponível em: < <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10445>>. Acesso em: 27.abril.2010.

GLOBE FORUM. Disponível em: <<http://www.globeforum.com/globeaward>>. Acesso em: 15.junho.2010.

IPPUC - INSTITUTO de Pesquisa e Planejamento de Curitiba. **Histórico dos Parques e Bosques**. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br>>. Acesso em: 13.maio.2010.

_____. **Curitiba é eleita a cidade mais sustentável do mundo**. Disponível em: < <http://ippucnet.ippuc.org.br/noticias/main.asp?seq=406>>. Acesso em: 26.Abril.2010.

_____. **Banco de dados**. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br>>. Acesso em: 22.abril.2010.

PRESERVAÇÃO Ambiental. **Histórico do Parque do Carmo**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.cpa.org.br/preserva/index.htm>>. Acesso em: 8.maio.2010.

PARQUES Urbanos Municipais de São Paulo: subsídios para a gestão. Organização Marussia Whately. Et. Al. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008. Disponível em: <<http://www.mananciais.org.br/site/projetos/pavssites/mananciais.org.br/site/projetos/pavssfiles/pnuma04-parques.pdf>>. Acesso em: 23.abril.2010.

SCHMIDT, F. **Entendendo o que é sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.percepcoes.org.br/default.asp>>. Acesso em: 14.junho.2010.

SILVA, E. A. **Lazer nos Espaços Urbanos**. Disponível em: <http://www.cptl.ufms.br/revista-geoartig_prof_edima.pdf>. Acesso em: 10.maio.2010.

6.3. FONTES DE ILUSTRAÇÕES:

AMBIENTE. **APA - Parque e Fazenda do Carmo**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/apas/carmo.htm>>. Acesso em: 8.maio.2010.

ANDRADE, R. V. de. **O Processo de produção dos parques e bosques públicos de Curitiba**. Curitiba: Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2001. 129p.

ANDRADE, R. V. de. **Complexidade Dinâmica: Água, Expansão Urbana E Espaços Livres Públicos – O Processo De Construção Da Paisagem Do Parque Iguaçu, Curitiba-Pr**. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/downloadtextocp112647.pdf>>. Acesso em: 7.abril.2010.

CASTELNOU, A.M. **Ecotopias urbanas: Imagem e consumo dos parques curitibanos**. Curitiba: Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2005.

CASTILHO, J. **Treinta años de paisajismo en México**. 2007. Disponível em: <http://www.mexican-architects.com/index.php?seite=mx_bd_w_detail_es&navigation=132169&root=131326&system_id=142750&jahr=2007.mht>. Acesso em: 18.maio.2010.

GEVER, F.A. **Word of environmental design: Urban Spaces II (Urban Parks)**. Barcelona, 1994.

GRUPO de diseño urbano. **Tezozomoc Park**. Disponível em: <http://www.gdu.com.mx/CMS/index.php?option=com_content&task=view&id=25&Itemid=58&lang=en_US.mht>. Acesso em: 11.maio.2010

IPPUC - INSTITUTO de Pesquisa e Planejamento de Curitiba/Serete. **Plano Diretor do Parque do Iguaçu**. Curitiba: IPPUC, 1973.

_____. **Banco de dados.** Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br>>. Acesso em: 22.abril.2010.

KLIASS, R. G. **Parques Urbanos de São Paulo.** São Paulo: Pini, 1993.

MACEDO, S.S.; SAKATA, F.G. **Parques Urbanos no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2003.

PARQUES Urbanos Municipais de São Paulo: subsídios para a gestão. Organização Marussia Whately. Et. Al. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008. Disponível em: <<http://www.mananciais.org.br/site/projetos/pavssitesmananciais.org.br/site/projetos.pavsfilerpnuma04-parques.pdf>>. Acesso em: 23.abril.2010.

R7 NOTÍCIAS. **Chuva matou mais no Rio de Janeiro por causa do relevo, dizem especialistas.** Disponível em: <<http://noticias.r7.com/rio-e-cidades/noticias/chuva-matou-mais-no-rio-de-janeiro-por-causa-do-relevo-dizem-especialistas-20100409.html>>. Acesso em: 20.abril.2010.

URBANIDADES. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2008/10/ebenezer-howard-e-a-cidade-jardim/>>. Acesso em: 7.abril.2009.

SOFTWARE GOOGLE EARTH. Acesso em: 3.mai.2010.

APÊNDICE

Modelo do questionário distribuído para a população do Boqueirão e Alto Boqueirão:

1- Sexo:

Feminino ☐ Masculino ☐

2- Idade: _____

3- bairro: _____

4- O que você faz como lazer?

5- Cite três esportes preferidos:

6- O que é o parque para você?

7- Como é o parque ideal para você?

8- Você frequenta o Parque Iguaçu?

Sim ☐ Não ☐ Qual: _____

9- O que você costuma fazer no parque o qual frequenta?

10- Você acha que o Parque Iguaçu está adequado ao seu lazer?

Sim ☐ Não ☐ O que falta: _____
